

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ADRIANY DE JESUS DA SILVA FILGUEIRAS

A ILHINHA EM BUSCA DO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

São Luís

2011

ADRIANY DE JESUS DA SILVA FILGUEIRAS

A ILHINHA EM BUSCA DO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura.

Orientador: Prof. Flávio Salomão

São Luís

2011

Filgueiras, Adriany de Jesus.

A ilhinha em busca do seu desenvolvimento sustentável / Adriany de Jesus Filgueiras.– São Luís, 2011.

83 f

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2011.

Orientador: Prof. Flávio Salomão

1.Desenvolvimento sustentável. 2.Habitação de interesse social.
3.Ilhinha. 4.Autoconstrução. I.Título

CDU: 351.778.532

ADRIANY DE JESUS DA SILVA FILGUEIRAS

A ILHINHA EM BUSCA DO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientador
Flávio Salomão
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 2
Paulo Vasconcelos
Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 3
Nádia Rodrigues
Universidade Estadual do Maranhão

À minha família, que sempre acreditou que eu conseguiria mesmo com as todas as dificuldades que enfrentamos durante o processo da formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao criador, pois sem ele nada e nem ninguém existiria.

A minha família que acreditou em mim e na minha capacidade, em especial minha mãe, Maria Antonia e minha irmã Tatiana;

Ao meu sobrinho Pedro Henrique que entrou na minha vida junto com a Arquitetura depositando tanto amor e alegria no meu coração;

À Universidade Estadual do Maranhão e toda a equipe de professores;

Aos seletos amigos que participaram desse processo de aprendizado e de consolidação na academia, com cumplicidade e perseverança;

Agradeço de forma mais direta à Laíse Frasso Barros, a Fabrício Guimarães Fonseca e Juliana Araújo Batalha, pelo apoio, companheirismo, credibilidade depositada em mim e pelo simples fato de existirem;

À Empresa Maranhense de Administração Portuária - Emap, pelo incentivo e oportunidade, e a toda a equipe da Diretoria de Engenharia, pelo apoio e amizade;

Ao Professor e Orientador Flávio Salomão, que aceitou me orientar e acrescentar ainda mais conhecimento nessa etapa da minha formação acadêmica;

A todos, meus sinceros agradecimentos.

"Acredito que as coisas podem ser feitas de outra maneira, que a arquitetura pode mudar a vida das pessoas e que vale a pena tentar."

Zaha Hadid

RESUMO

Uma proposta de intervenção urbana e arquitetônica de um bairro que se encontra renegado pelo poder público, com infra-estrutura deficitária crescimento desordenado e com poucas chances de expansões, se torna totalmente legítimo e necessário, principalmente quando se localiza em uma centralidade do espaço urbano de uma cidade. Este é caso da Ilhinha, bairro cujas primeiras ocupações registram-se desde 1975 e que se encontra em comurbação urbana com outros bairros como São Francisco, Ponta D'areia, lagoa da Jansen, porém não podem fazer uso dos equipamentos e benefícios presentes nestes bairros adjacentes, além de não atenderem a demanda de necessidades da área e dos moradores da Ilhinha. No projeto urbanístico, idealizam-se equipamentos que atendam as necessidades do bairro em vários setores, de modo que a eles será agregado o conceito de Sustentabilidade, obrigatório e de fundamental importância nos dias atuais e que garantirá maior valor a intervenção, além de propor um modelo de habitações de interesse social, fazendo uso do tijolo prensado de solo estabilizado, já se preocupando com o maior aproveitamento de material durante a execução; além disso, o próprio material propicia a elaboração de um projeto modulado, reduzindo o desperdício e o custo da obra.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Habitação de Interesse Social. Ilhinha. Autoconstrução.

ABSTRACT

Key words: Sustainable Development. Social Housing. Ilhinha. Self-construction

Noting that the urban regeneration process takes into account physical, social and economic, with critical focus area related to environment and landscape of the surroundings and also seeking to meet the poorest communities, it is the proposed intervention focuses on urban sustainability, with the inclusion of equipment that will improve the lives of this population. The effort to attend to the needs of this population and trying to meet the assumptions of Sustainable Development led to the development of the project presented, so that its implementation will bring benefits to many industries as the economic and civil construction, generating income, economic growth and social, leading these people to another status and significantly improving their quality of life, and increase development process in São Luis island .

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	14
3.	SITUAÇÃO AMBIENTAL NA LAGOA DA JANSEN E IGARAPÉ DA JANSEN ..	19
4.	ZONA DE INTERESSE SOCIAL 2 – ILHINHA.....	21
4.1	LOCALIZAÇÃO.....	21
4.2	FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	23
4.3	RELAÇÃO COM O ENTORNO.....	24
4.4	PROBLEMAS IDENTIFICADOS.....	26
4.5	NECESSIDADES.....	29
5.	SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	32
6.	HABITAÇÃO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	34
7.	REFERÊNCIAS PROJETUAIS	41
7.1	ALEJANDRO ARAVENA – ELEMENTAL IQUIQUE – MÉXICO	41
7.2	RUY OHTAKE – POLO EDUCACIONAL HELIÓPOLIS – SÃO PAULO.....	43
8.	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA PARA O BAIRRO DA ILHINHA	46
8.1	URBANO	46
8.2	EDUCAÇÃO	47
8.2.1	<i>Escola Agrícola</i>	47
8.2.2	<i>Escola Técnica Profissionalizante em Bioconstrução</i>	49
8.3	GERAÇÃO DE EMPREGOS	51
8.3.1	<i>Olaria de Tijolos de Solo Prensado Estabilizado.....</i>	51
8.3.2	<i>Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar.....</i>	53
8.3.3	<i>2º Mercado do Peixe de São Luís.....</i>	53
8.3.4	<i>Feira de Produtos Orgânicos</i>	55

8.3.5	<i>Piers Pesqueiros na Ilhinha</i>	56
8.3.6	<i>Estações de Triagem e Processadoras de Papel e Alumínio</i>	58
8.4	LAZER	60
8.4.1	<i>Praça e Faixa Beira Rio no Perímetro da Ilhinha</i>	60
8.5	CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA.....	62
8.6	HABITAÇÃO	64
8.6.1	<i>Autoconstrução</i>	64
8.6.2	<i>Proposta Arquitetônica</i>	65
	MEMORIALJUSTIFICATIVO.....	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	72
	ANEXO A – INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NO BAIRRO DA ILHINHA	74
	<i>Mapa De Locação De Novos Equipamentos</i>	75
	<i>Mapa Sistema Viário Abertura De Novas Vias E Remodelamento De Quadras</i>	76
	<i>Mapa de Etapas De Implantação</i>	77
	ANEXO A – PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA A ILHINHA – ESTUDO PRELIMINAR	78
	<i>Planta Baixa Pav. Térreo e Pav Tipo</i>	79
	<i>Fachada Principal/Planta de Cobertura</i>	80
	<i>Modulação Pav. Térreo Fíada Ímpar e Fíada Par</i>	81
	<i>Corte AB e Detalhes 01 e 02</i>	82
	<i>Humanização e Perspectivas da Unidade Habitacional Pav.Tipo</i>	83

1. INTRODUÇÃO

O processo de reabilitação urbana hoje se faz necessário bem mais do que investimentos em novas ocupações, pois as áreas já consolidadas possuem uma população com histórico singular com o bairro. Muitos desses locais já se tornaram “lugar da memória” de vários moradores de modo que por menos ideal à habitabilidade que o local seja, tais moradores não irão abandonar suas casas para morar em locais novos, sem relação de vizinhança, sem os serviços que estão próximos.

Trabalhar com essas áreas de ocupação espontâneas se torna uma tarefa árdua, pois inserir uma intervenção que envolva todo um bairro é extremamente complicado.

A busca de espaços que comportem as demandas advindas do incremento populacional e industrial e a busca de novas opções de moradias condizentes com a atual realidade econômica, provocam uma alteração nos padrões de uso e ocupação do solo das áreas urbanas já consolidadas.

A inserção da cidade nesse novo contexto econômico veio estabelecer novas formas de apropriação e de valorização do solo urbano. O forte crescimento populacional e a expansão física da malha urbana influenciaram diretamente sobre as áreas centrais dessas cidades.

Para tornar possível a adaptação plena da dinâmica do crescimento urbano é preciso que os espaços que hoje se encontram formados sejam remodelados, entretanto isso deve ser um processo contínuo.

A questão do déficit habitacional, impactos ambientais e extração desordenada de recursos naturais se tornam em grave problema urbano que mobiliza toda a sociedade.

O processo de autoconstrução no Brasil aparece como um reflexo de um crescimento urbano muitas vezes desordenado e um histórico de baixo índice de investimento público em habitação de interesse social. Soma-se ao déficit habitacional a falta e capacitação dos construtores, que sem assistência técnica para a construção produz habitação inadequada, impossibilitando, à grande parcela da população o acesso a moradia digna.

Um ponto que hoje é chave para o êxito de um projeto é trabalhar em cima do desenvolvimento sustentável. Os recursos naturais estão se esvaindo, o solo urbano

disponível está cada vez mais raro e caro. Dessa forma para que possa haver um crescimento com qualidade deve-se levar em conta esse aspecto ambiental.

Desde o seu surgimento o termo “sustentabilidade” tem gerado bastante discussões. Levando em conta que isso implica em um enfoque para o futuro, a idéia básica diz que um sistema é sustentável quando ele sobrevive ou persiste.

O termo sustentabilidade pode ser entendido como a capacidade de sobrevivência de um sistema, a qualidade de um sistema que sobrevive ou persiste. (Constanza;Patten, 1995 *apud*, *Sustentabilidade hoy*, 2005.)

Para poder alcançar o desenvolvimento sustentável se faz necessário progresso simultâneo em diferentes esferas, na econômica, social, ambiental e tecnológica.

2. REABILITAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Reabilitação Urbana é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e financeiras a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestrutura espaços públicos mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. (Carta de Lisboa, 1995. – *apud, Plano de Reabilitação Urbana do Bairro do Diamante, Diagnóstico e Diretrizes*).

Reabilitar habitações e espaços urbanos está se tornando um exercício comum da arquitetura na contemporaneidade. Propor intervenções articuladas que atuem nos focos críticos da área é uma solução que torna possível o melhoramento de aspectos da paisagem e ambiental da mesma e de seu entorno, fazendo com que o processo de crescimento da cidade contemporânea seja mais eficiente.

Uma área urbana quando necessita de um plano de reabilitação este deve ter como foco principal as residências, os equipamentos existentes e os não existentes, priorizando ainda as potencialidades do local de modo que no processo de geração e implantação possa ter a participação ativa dos moradores.

O processo de reabilitação urbana atua em cima do físico, do social e do econômico da área a ser trabalhada.

Durante o desenvolvimento do trabalho, a utilização da mão-de-obra dos próprios moradores se torna um fator extremamente importante, pois além de diminuir os custos do orçamento das intervenções, de gerar renda e trabalho para essas pessoas, vai fazer com que aflore a sensação de pertencimento nos moradores, eles irão absorver de forma mais clara e intensa que aquelas melhorias são deles e para eles.

A participação da comunidade se faz importante, pois sua presença será a garantia de que o que consta no plano de reabilitação e no processo de implantação irá atender às suas necessidades.

Reabilitar em um processo dessa natureza deve ser entendido como um remodelamento do espaço em prol das necessidades de sua sociedade contemporânea que é testemunha do que hoje está registrado no espaço e que quer ser testemunha novamente do que irá acontecer.

A melhor forma de um plano de reabilitação ter êxito é preciso que este reverta a situação atual dos aspectos negativos da área para que eles se tornem parte de um todo que acarretará em um desenvolvimento econômico e social, atendendo as necessidades identificadas no local.

Neste sentido, o plano de reabilitação deve indicar os usos mais adequados em termos sociais e econômicos da área que sofre degradação social, econômica e física, e que possui bens e qualidades sub-aproveitadas. (Plano de reabilitação urbana do bairro do diamante, 2005, pág. 14).

Quando a cidade se consolida ela deixa de ser apenas um espaço construído, a visão das pessoas muda de modo que a percepção visual é transformada, pois este mesmo espaço, antes de uma forma e agora de outra, passa a se agregar de históricos e vivências, proporciona diversas sensações ao observador/morador. Dramas cotidianos, individuais e coletivos, cultura, aspectos que compõem a vida e a paisagem urbana e que são únicos em cada pessoa assim como no coletivo.

Kevin Lynch diz que a imagem da cidade é algo particular, construído por cada indivíduo e que quando se untem formam um conjunto mental coletivo da realidade física da urbe.

Para conseguir visualizar e avaliar a qualidade urbana de um lugar é preciso ir além dos aspectos morfológicos. É preciso pensar e planejar não apenas sob o que é visível e sensível, criar com base em aspectos fisiológicos é a chave para o êxito, coisas que se referem às atividades humanas, sua coletividade e diversidade.

Jane Jacobs talvez seja a autora que mostra de forma mais clara que a degradação urbana está ligada à imposição social de espaços monofuncionais, de modo que residências e os outros usos devem estar em área comum, fazendo com que essa diversidade de usos acabe com a monotonia, pois os seus usos quando isolados, assim como os seus horários, que geralmente não são os mesmos possam ser mesclados de modo que haja vida nos diversos lugares que compõem a cidade no máximo de tempo possível. Ela enfatiza que a arquitetura tem um papel crucial em planos de reabilitação urbana, pois é através dela que são atribuídas identidades aos espaços, de forma que o contato humano e a maior circulação do maior número de pedestres sejam favorecidos. O multifuncionalismo é extremamente atrativo para

as pessoas, pois estimula a curiosidade pelo novo e assim o sentimento de pertencimento é estimulado.

Há ainda uma pequena confusão quanto à utilização de termos relacionados à recuperação de áreas degradadas, dentre eles, renovação, revitalização, reabilitação e requalificação urbanas. *Renovação* talvez seja a mais mal vista pela sociedade, pois a esse termo é associada à idéia de destruir o existente e construir o novo, outro termo mal visto não pelos habitantes da área a ser trabalhada, mas sim pelos especialistas da área, é a *Revitalização*, pois tal termo se torna ofensivo, uma vez que sua terminologia pressupõe que a área não possui vida, mesmo sabendo que a idéia não seja essa quando o termo é utilizado para indicar recuperações de áreas degradadas. Já a *Reabilitação* é entendida como um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende proteger da degradação, transformando áreas inutilizadas em espaços atrativos e dinâmicos, otimizando as condições de habitabilidade. *Requalificação* vem a ser um processo onde são feitas alterações em espaços urbanos afim de dar-lhes novas funções, diferentes das existentes.

Diante desses conceitos pode-se perceber que em alguns momentos um processo pode (ou não) se encontrar dentro do outro, o que muitas vezes confunde a quem não está atento ou familiarizado com os conceitos.

Um problema que foi identificado nas últimas décadas quanto à processos de recuperação de áreas degradadas é a Gentrificação (*Gentrification*), onde, após a implantação de um projeto para esse tipo de área é, digamos que retorcido, de forma que há a segregação das pessoas que são moradoras do local onde o projeto foi implantado. Assim os novos espaços são usurpados por classes sociais mais altas, o morador da área apenas habita sua moradia, mas todo o entorno que era pra ser de uso comum a “todos” é fechado para eles, limitado não de forma física, mas com recriminação, com a inserção de usos que são direcionados a pessoas que possuem um capital maior, com os olhares dos seguranças dos novos empreendimentos, que reprovam a sua passagem ou permanência no local, fazendo com que este morador que era pra ser o mais beneficiado com o projeto ali implantado seja o que foi menos felicitado com esses novos espaços.

Algo que também é bastante estudado pelos estudiosos são os efeitos do comportamento territorial na interação de grupos socioeconômicos diferentes que

vivem em espaços urbanos comuns, evidenciadas por mudanças físicas e/ou sociais particularmente.

Segundo esses mesmos estudos é possível identificar que a imagem do lugar se torna comum quando ele é definido, partindo do reconhecimento do comportamento territorial, de modo que a percepção de homogeneidade, satisfação com o lugar e as relações de vizinhança são percebidas mais claramente favorecendo a interação social entre tais grupos socioeconômicos.

Um ponto forte em projetos de reabilitação social de uma área é a questão da habitação de interesse social, isso quando elas são adequadas às necessidades dos usuários, levando em conta a apropriação do espaço e a interação, o que torna propício a maior possibilidade de usos simultâneos de lugares comuns aos diversos grupos, diminuindo a segregação social e espacial.

Em várias cidades do mundo todo que passam por processos de urbanização acelerada ou mesmo pequenos municípios é possível identificar que os problemas habitacionais mais graves geralmente são encontrados nas periferias, entretanto o mais grave é identificar que muitos desses loteamentos habitacionais são justamente os que são de iniciativa do poder público, de modo que o próprio Estado contribui para a segregação social quando implementa um projeto de habitação de interesse social em áreas periféricas, isolado do contexto urbano.

Além de um método de produção econômico e espacial, de satisfação pessoal e coletiva, a cidade é um modo de conectar os lugares e as pessoas de forma que haja a identificação das atividades cotidianas. A necessidade de segurança e bem estar são fatores exigidos pela sociedade e que requer uma boa relação com o entorno.

Os antigos modelos de cidade levavam os espaços a um total esvaziamento do espaço público, inutilizando-os. O resultado disso foi a supressão dos valores simbólicos das edificações e dos espaços, dizimando o sentimento de vizinhança, de modo que as pessoas passam a não se identificar com o local quando elas transitam nele, negando-os como seu, a sensação de pertencimento some e o abandono dessas áreas acontece como um massacre à vida deste espaço.

Muitos estudos que mesclam o urbanismo e a ecologia mostram que a formação das morfologias urbanas é fragmentada, consequências do crescimento urbano diante das irregularidades da paisagem natural. A produção espacial na

cidade é constante, ante as mudanças na paisagem e é capaz de alterar a forma que ocorrem o crescimento urbano.

Como a maior fonte de degradação do meio ambiente, a “cidade” é o maior alvo de estudos ecológicos, ambientais, culturais, históricos, sociais e econômicos, pois entende-se que os prognósticos sobre a escassez de recursos naturais, espaços na cidade e energia são contrários à lógica do sistema econômico e do crescimento ilimitado.

Por mais que se veja que nossas cidades estejam passando por um momento de intenso crescimento no mercado imobiliário de classe média, infelizmente nossas cidades são, “ainda”, apesar de todo o processo evolutivo, marcadas pelas periferias auto-construídas e precárias, onde não há urbanismo e nem arquitetura.

Contudo, a sociedade prefere culpar os pobres pela paisagem. O resultado desta situação é advindo de dois fatos: a sempre presente concentração de renda nas mãos de poucos e a segregação sócio-territorial, que talvez mostre de forma mais intensa a desigualdade econômica. Desditosamente, parte da culpa por esse fenômeno é nossa, arquitetos e urbanistas, como detentores do poder criativo e produtivo para mudar essa situação, vemos e aceitamos as prefeituras impondo elementos que acentuam essa desigualdade social, nos “novos bairros” o que se vê são muros, cercas eletrificadas, guaritas, que fortalecem o sentido da palavra segregação. Esses bairros se escondem atrás de todos esse elementos, ficando trancados, pensando que estão “livres” da insegurança, ou será que estão “presos” à segurança? Para tentar solucionar tais questões, é necessário que mudemos nossa forma de atuar perante a sociedade e seus gestores, dar um novo sentido à profissão, acrescentar novos valores que entrem para a história dessa sociedade carente, de recursos e de novos olhares.

3. SITUAÇÃO AMBIENTAL NA LAGOA DA JANSEN E IGARAPÉ DA JANSEN

Como já citado anteriormente, o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen foi criado no final da década de 80, com intuito de preservar as áreas de mangue que ali se encontra.

Na região do bairro estudado neste trabalho, na década de 70, logo após a construção da Ponte José Sarney, as primeiras ocupações foram se inserindo na área de mangue, margeando o Igarapé da Jansen.

Em 1974 é construída a Avenida Maestro João Nunes, que vinha auxiliar no processo de urbanização pelo qual São Luís estava passando, ela foi implantada a fim de ligar o bairro do São Francisco e o eixo Marechal Castelo Branco com a Ponta d'Areia. Entretanto um problema ambiental gravíssimo foi criado, o represamento de águas salgadas permanentes que originou a Laguna da Jansen (que segundo geógrafos é erroneamente chamada de lagoa, aqui estamos utilizando o termo lagoa para a melhor identificação da área pelos leitores).

Como a água da 'agora' Lagoa era renovada através das marés, após a construção da Avenida Maestro João Nunes, que para poder ser implantada foi necessário aterrar um trecho do Igarapé da Jansen, essa renovação se tornou mínima, pois só é possível qualquer troca ou alimentação de água quando ocorre o aumento do nível das águas de maré, durante as luas novas e cheias (marés de sigízia), de modo que essas águas ultrapassam os níveis das galerias, só que esse fenômeno só ocorre no período chuvoso.



Imagem das ocupações irregulares avançando sobre o Igarapé da Jansen
Fonte: [www. http://silviomacedo.files.wordpress.com](http://silviomacedo.files.wordpress.com)

O risco ambiental aqui e em qualquer outro lugar do mundo está ligado às atividades humanas.

A definição de risco é associada a uma “situação de perigo ou dano, ao homem e as suas propriedades, em razão da possibilidade de ocorrência do processo geológico, induzido ou não” (ZUQUETTE; NAKAZAWA, 1998, *apud Caracterização e risco ambiental na área da laguna da Jansen, São Luís - Maranhão*).

O processo de urbanização da Lagoa da Jansen, com a criação de aterros, vias, a indução à ocupação, os espaços que antes eram permeáveis se tornaram impermeáveis, acarretando um aumento do volume de água que escoava pela superfície, trazendo consigo uma grande quantidade de poluentes, cuja grande parte se depositou e continua sendo depositada abaixo da lâmina d'água da Lagoa, de modo que essa lâmina está progressivamente diminuindo, o que devido aos processos biológicos que ocorrem nas suas águas, há a liberação de fortes odores na região, sendo um grande transtorno, tanto para quem habita o seu entorno imediato e proximidades como para quem apenas transita pelas vias perimetrais.

Conclui-se que a maior parte dos impactos ambientais identificados na área, tanto da Lagoa como do Igarapé da Jansen são oriundo de ocupações desordenadas, isso inclui as existentes e as que com o tempo foram incrementadas, planejadas e não planejadas.

A dinâmica da paisagem dessa área foi brutalmente afetada, de modo que ela é hoje classificada com área de risco, tanto para moradias como para novos empreendimentos, isso não se deve só a “todos” os fatores já citados, mas também aos imensos contrastes sociais, econômicos, espaciais e ambientais, onde enormes edifícios modernos e sofisticados, direcionados às mais altas classes e ao turismo, se deparam com casebres e palafitas, cujos moradores são os que sofrem de forma mais dura com a situação em que essa área se encontra, pois é, ainda, a partir dela que muitos tentam retirar o seu sustento.

4. ZONA DE INTERESSE SOCIAL 2 – ILHINHA

4.1 LOCALIZAÇÃO

O nome do bairro que será aqui trabalhado – **Ilhinha** – é bem peculiar, não porque está localizado na Ilha de São Luís, no Maranhão, mas porque ele de fato se tornou uma ilha, isolada dos bairros que compõem o seu entorno imediato, dentre eles, Península da Ponta da Areia, São Francisco, Basa, Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, cuja população pertence à classe média, diferente da população da Ilhinha, que é classe baixa, com renda mínima ou nula.

Os dados que foram encontrados quanto à sua localização mais precisa estão contidos na Legislação Urbanística de São Luís, na qual relata os limites do bairro e define a área como ZIS 2 – Ilhinha (Zona de Interesse Social 2 Ilhinha), onde relata todo o perímetro da mesma.

"Inicia-se este perímetro no ponto de interseção da Avenida Maestro João Nunes com o prolongamento da Rua 07, seguindo pela última até encontrar o prolongamento da Rua 11, donde, a partir deste ponto, segue com orientação à direita pela mesma até atingir a Rua 14, dobra à esquerda e prossegue por esta até interceptar a Travessa 40, prolongando-se por esta rumo à direita até encontrar a Avenida Atlântica, tomando rumo à direita e seguindo pela mesma até encontrar novamente a Avenida Maestro João Nunes, donde prossegue com sentido à direita até encontrar o ponto inicial desse perímetro." (LEI DE ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, 1997, p. 82)

Contudo, como sua malha urbana é bastante desorganizada, se torna bem confuso e difícil entendê-la.

Segundo estudos, identificou-se que internamente ao bairro, há uma segunda forma de segregação dividindo-o em três áreas. A primeira se encontra próxima à Avenida Ferreira Goular, do lado esquerdo, onde há a divisa com o Conjunto Basa, esta seria a Ilhinha velha. A segunda pertence a uma área que não consta de forma clara na legislação, é a chamada Vila Maurin, que segundo as pesquisas foi criada pela prefeitura em 1992, em conjunto com um órgão já extinto (Surcap), que promoveram um programa de produção de habitações para as famílias que foram remanejadas da área onde foi criada a Lagoa da Jansen. A

terceira e última é a área próxima à Ponte José Sarney, onde a infraestrutura urbana é extremamente carente.



Limite legal e imagem aérea do bairro da Ilhinha segundo a legislação urbanística de São Luís
Fonte: [www. http://silviomacedo.files.wordpress.com](http://silviomacedo.files.wordpress.com)

4.2 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

O surgimento do bairro da Ilhinha, assim como de vários outros bairros no norte da ilha de São Luís se deu em meados da década de 70, após a construção da ponte José Sarney (Ponte do São Francisco), ligando o centro da cidade à orla marítima.

Nos anos 70 do século passado, a capital maranhense vive uma nova expansão urbana, agora em direção ao norte da ilha. Com a construção da ponte do São Francisco, o centro liga-se à orla marítima, esta intervenção foi complementada pela construção da Avenida Maestro que ligou o bairro do São Francisco à Ponta d'Areia, criando a Lagoa da Jansen.

A área onde se encontra a Lagoa da Jansen, onde o processo de urbanização acarretou em modificações bruscas na paisagem natural, de modo que algumas discrepâncias são observadas, como a ocupação desenfreada das áreas de mangue, na Ilhinha, seguida pela construção da Av. Maestro João Nunes.

Da década de 70 do século passado até os dias atuais, a Ilhinha teve desenvolvimento mínimo, tanto no âmbito urbano como no arquitetônico. Parte das ruas são asfaltadas e desde sua formação estas encontram-se em estado precário, por falta de manutenção.

Em meados de 1975 percebeu-se a formação de alguns assentamentos na região onde hoje está a Ilhinha. A área se consolidou e virou Zona de Interesse Social em 1992, tornando-se obstáculo à especulação imobiliária, o que ocasionou de forma bem evidente contrastes sócio-ambientais, onde se vê prédios de alto nível vizinhos a casebres, auto-construções humildes, o que com o tempo acabou criando uma situação de dependência mútua, de um lado o vínculo empregatício – moradores dos grandes edifícios – e do outro a prestação de serviços – moradores de auto-construções modestas.

Em 1992, durante um programa de remanejamento de moradores de palafitas da região onde hoje é a Lagoa da Jansen para uma área no perímetro do bairro da Ilhinha, mais precisamente na margem oeste da baía de São Marcos, nomeada Vila Maurin, que apesar de ser separada da Ilhinha pela Av. Maestro João Nunes, são identificadas pela maioria das pessoas como sendo um bairro só.

Com o passar dos anos e com o processo de consolidação do bairro, identificou-se um tipo de comurbação urbana, a Ilhinha se adensou de tal maneira que nas regiões onde há o encontro de bairros, como no perímetro do São Francisco, não é fácil identificar o que ainda é São Francisco e o que já é Ilhinha, assim como no perímetro da Ponta d'Areia. Isso é claro levando em consideração as informações que foram coletadas nas visitas ao bairro, onde nem os próprios moradores conseguem identificar de forma clara em qual bairro estão inseridos.

4.3 RELAÇÃO COM O ENTORNO

O bairro da Ilhinha tem hoje compondo seu entorno indireto os seguintes elementos: o bairro do São Francisco, a baía de São Marcos, o Conjunto Basa, a Lagoa da Jansen e a Península da Ponta d'Areia.

O bairro do São Francisco, que segue lindeiro à Avenida Marechal Castelo Branco, possui bastantes equipamentos urbanos, que vão de instituições educacionais, um consolidado comércio (farmácias, lojas de confecções, lojas de informática, bares, feira livre, salões, etc.), que atendem não só aos bairros limítrofes mas a vários outros da ilha, contudo o que prevalece é o uso habitacional.

Descendo algumas ruas, paralelas à Avenida Marechal Castelo Branco, mais precisamente nas Ruas 05 e 06, indo em direção à Baía de São Marcos começa a aparecer as diferenças sócio-econômico-espaciais, nesse trecho é possível identificar variações que vão desde recuos a afastamentos, como a própria malha urbana, assim como os tamanhos dos lotes e sua disposição dentro da quadra. Os moradores do São Francisco se sentem acuados, inseguros com a vizinhança que com o tempo se adensou e consolidou ali. Nesse trecho limítrofe da Ilhinha percebe-se um alto grau de adensamento provavelmente devido à existência de uma melhor infraestrutura urbana.

Outro componente do entorno indireto do bairro da Ilhinha é a Baía de São Marcos, cuja faixa de mangue que permeia a Ilhinha está seriamente comprometida.

Como já foi dito anteriormente, o bairro da Ilhinha é extremamente denso de modo que a população residente não sendo detentora de grande poder aquisitivo,

não pôde crescer para cima, com está acontecendo com outros bairros na ilha de São Luís, então o que lhes restou foi seguir em direção ao mangue. Contudo, a ocupação desenfreada da área que margeia o Igarapé da Jansen e a Baía de São Marcos, está causando graves impactos à orla marítima e ao meio ambiente em geral.

Em seguida tem como elemento limítrofe ao bairro da Ilhinha, o Conjunto Basa, que é caracterizado pelo uso habitacional, cujas habitações, são ou a grande maioria, unifamiliares de um único pavimento, os moradores, pessoas de classe média e que não se sentem tranqüilas com as ocupações espontâneas que se formaram na circunvizinhança. Entretanto, o que já se sabe é que quando uma área é ocupada de maneira espontânea e “se consolida” – e por mais triste, preocupados ou revoltados que os vizinhos se sintam – muito difícil que essas pessoas sejam retiradas de onde se instalaram. Quando se faz necessário um remanejamento de pessoas nesse âmbito, é feito todo um plano, com projetos e diretrizes para que não haja riscos de um possível retorno dessa população.

A Lagoa da Jansen, que foi criada em junho de 1988 através de um decreto que a transformou no Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, até então possuía algumas ocupações irregulares na sua margem, que como parte do projeto de criação do parque, essa população foi remanejada para bairros vizinhos, assim como para a Ilhinha, de modo que foi criada uma pequena vila – Vila Maurin – para que essa população pudesse ser inserida na sociedade urbana, contudo essa pequena vila se integrou ao bairro da Ilhinha, que para grande parte da população adjacente, é uma coisa só. Com o tempo novas ocupações similares às anteriores se instalaram no perímetro da Lagoa da Jansen.

A Lagoa não é um elemento limítrofe da Ilhinha, mas é importante, pois apesar das condições ambientais serem alarmantes, ela detém um fator que é considerável para o bairro de estudo, na Lagoa há oferta de trabalho e os moradores dos arredores assim como da Ilhinha, são beneficiados com isso.

Quanto à Península da Ponta d’Areia, esta, pode-se dizer que atua de forma similar à da Lagoa da Jansen na vida dos moradores da Ilhinha. Nesta área, o processo de adensamento está se intensificando de modo que as construções são todas de altíssimo nível, os investimentos privados que fomentam essa aceleração complementam a oferta de empregos para moradores das adjacências, já que o

setor da construção civil precisa de mão-de-obra e está atuando de forma intensa nesse processo.

4.4 PROBLEMAS IDENTIFICADOS

O maior de todos os problemas que um bairro pode ter, ainda mais um cuja população é carente, e a falta de compromisso dos gestores.

O bairro aqui estudado, a Ilhinha, possui um imenso potencial que aparentemente não é visto, nem pelos gestores, nem por empreendedores.

O déficit habitacional é identificado com um grave risco à vida dessa população. Como as ocupações no bairro se deram de maneira espontânea e irregular, as habitações existentes são todas classificadas como autoconstruções, sendo que a grande maioria se encontra – quando é em alvenaria – com os tijolos aparentes, sem qualquer tipo de acabamento. São casas extremamente simples, algumas se podem chamar até de casebres.



Habitações existentes no bairro da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

O fato de serem simples ou auto-construídas não é o que as classifica como casebres, como toda a ocupação aconteceu de forma desordenada e sem qualquer auxílio ou acompanhamento de técnicos que pudessem estar assessorando nesse processo construtivo, o que se vê são condições mínimas ou

nulas de salubridade, de conforto (físico, térmico ou mesmo visual) nessas edificações.

Um ponto que agrava 'ainda' mais esse problema habitacional é a questão da taxa de natalidade.

Pessoas que pertencem às classes mais baixas, por vários motivos acabam tendo mais filhos, de modo que a família tende a crescer, quando é possível para a família se faz o famoso puxadinho para acomodar os 'novos' moradores, mas nem sempre isso é possível, ocasionando, digamos que, uma superlotação na moradia.

Uma característica, que normalmente não é vista como problema, mas que neste caso se enquadra, é o fato das habitações serem geminadas. Em todo o mundo é comum se ver projetos de casas geminadas, aqui o problema está de fato em, por não ter havido auxílio de profissionais que pudessem indicar a melhor forma de como construir, de que forma as habitações deveriam ter sido feitas para suprir as suas necessidades. A saúde e a segurança dessas pessoas estão seriamente comprometidas.

Continuando a falar das habitações, vamos agora para as ainda mais carentes, as pessoas que moram em palafitas. Como já citado, o bairro da Ilhinha é altamente adensado, o que provocou a ida de novos moradores para a área de mangue, intensificando os problemas ambientais no Igarapé da Jansen.

Essas palafitas são extremamente improvisadas, o que vez ou outra acarreta problemas na sua estrutura e como consequência, elas acabam desmoronando sobre as águas, fazendo com que essas pessoas que já possuem poucos bens, percam o seu "tudo".

O que é também bastante deficiente no bairro de estudo é a infraestrutura urbana (como em todo o resto da cidade), vias com pavimentação sem manutenção – isso quando existe – , esgotamento sanitário precário e em certos pontos inexistentes, ausência de equipamentos urbanos – o bairro é todo atendido pelos equipamentos dos bairros adjacentes.



Uma das ruas do bairro da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

No âmbito do transporte, o bairro é atendido apenas por duas linhas, a Ponta d'Areia Terminal Praia Grande e a Terminal Praia Grande/Cohama Via Praias, contudo essas linhas não entram no bairro, elas passam pela Avenida Maestro João Nunes, dessa forma, para os moradores da Ilhinha poderem se deslocar para outros bairros é preciso que eles se desloquem até a avenida para ir a qualquer outro lugar da cidade.

O que agrava essa situação de dependência dessas pessoas a essas linhas, é o fato de que os ônibus que as fazem se encontram em condições muito precárias, digamos que quase caindo aos pedaços.

Os empresários do setor de transportes sempre dizem que vão renovar a frota, contudo a situação não muda, fica apenas nas promessas.

Apesar das linhas conectarem o bairro da Ponta d'Areia e Calhau – bairros cuja população possui alta renda – a outros bairros – onde se encontra a classe trabalhadora que atende os mesmos – os ônibus oferecidos pelas empresas aparecem para os usuários com um banco a menos, vez ou outra – pois onde tinha um banco que iam sentados dois passageiros agora vão cinco em pé, assim os empresários saem no lucro. Os trabalhadores que passam o dia inteiro trabalhando como secretárias do lar ou nas construções dos 'bairros ricos', retornam para suas humildes casas cansados e 'em pé'.

O descaso do poder público ante esses problemas é um absurdo, pois verba há, o governo federal as encaminha para os estados e municípios para que

benefícios sejam criados em vários âmbitos, inclusive no habitacional, contudo, o que se vê são constantes condições de inabitabilidade em vários locais, não só em São Luís mas em todo o Brasil.

A urbanidade não está sendo oferecida a essas pessoas, o que acentua intensamente as diferenças sociais.

Assim vemos um dos bairros que possui um dos maiores potenciais para o desenvolvimento de São Luís – potencial que será mostrado mais adiante – sendo abandonado e deixado de lado pelos nossos gestores.

4.5 NECESSIDADES

O bairro da Ilhinha é hoje carente em vários setores, incluindo habitação, saúde, educação, lazer e emprego.

A condição de abandono é crítica, o que contribui para a marginalização e aumento do grau de periculosidade do bairro.

No setor de saúde há uma demanda muito alta para um atendimento mínimo. O bairro é servido pelo Centro de Saúde Bezerra de Menezes, contudo, não é na Ilhinha propriamente dita, se encontra no perímetro pertencendo ao São Francisco.



Centro de Saúde Bezerra de Menezes – Socorriho 2
Fonte: Arquivo pessoal da autora

O mesmo se verifica no setor educacional, a única escola existente na área do bairro é a Unidade de Ensino João Pereira Martins, que é de nível básico.

Algumas creches também foram identificadas durante as visitas ao bairro sendo que a maior parte é de origem privada. Uma tentativa dos próprios moradores de resolver o problema de onde deixar os seus filhos enquanto vão trabalhar.

Não foi encontrada nenhuma escola de nível médio, técnico ou superior no interior do perímetro do bairro, coisa que preocupa bastante os pais dos jovens que moram na Ilhinha, sem ter escolas para seus filhos ficarem, para receberem educação, os pais pensam muito na condição de risco desses jovens serem absorvidos pelo mundo da marginalidade, do crime e das drogas.

Outra necessidade percebida durante as visitas e conversando com os moradores locais, é a questão do lazer, onde e como praticar o seu lazer, o bairro é extremamente denso, o que minimiza e muito as chances de poder inserir algum equipamento que venha a atender essa carência.



Pracinha construída pelos moradores da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os elementos que foram identificados durante as visitas, foi um campo de futebol que fica fechado para a comunidade, uma minúscula área no cruzamento de três ruas em frente ao Centro de Saúde Bezerra de Menezes, bem no limite do perímetro do bairro, onde os próprios moradores compraram alguns assentos de concreto e colocaram nessa área, simbolizando o que seria uma praça. Há ainda uma quadra de esportes que é a da escola acima citada – Unidade de Ensino João

Pereira Martins – que é emprestada a comunidade pela direção da escola quando solicitada.

Um outro ponto que também é extremamente carente é a questão do desemprego, por ser um bairro cuja grande parte da população seja de renda baixa, o nível de escolaridade infelizmente se mantém baixo, diminuindo as chances de conseguir um emprego bom e rentável no mercado de trabalho. Assim os jovens crescem sem escolas para estudar, sem condições de especialização para se qualificar para o mercado de trabalho e não tendo a oportunidade de emprego tão almejada para atender suas necessidades básicas.

Talvez a mais grave carência da comunidade do bairro é o Deficit Habitacional, o bairro foi sendo criado através de ocupações irregulares, de maneira desordenada, sem apoio ou orientação de qualquer técnico que viesse a auxiliar nesse processo. Assim o bairro se consolidou no solo urbano, a área foi convertida em Zona de Interesse Social, mas não recebeu os benefícios governamentais direcionados para fins de melhorias na infraestrutura urbana.

As condições de habitabilidade no bairro são precárias, pondo em risco a saúde dos moradores, crianças, jovens, adultos e idosos, todos. Como já foi mencionado, o bairro é extremamente denso, onde as habitações que existem hoje são do tipo geminadas, e pela falta de orientação técnica acaba comprometendo a salubridade das edificações, pondo em risco a saúde dos moradores.

As vias internas do bairro são de medias relativamente irregulares, contudo não comprometem tanto nas atividades do bairro, contudo algumas ruas durante o período de visita *in loco*, foram identificada como 'ruas sem saída', isso se torna preocupante quando se para pra pensar na ventilação entre as quadras, que fica extremamente comprometida.

Dessa forma, levantando essas necessidades, que com certeza ainda não são todas as que acometem essa população da Ilhinha, podemos analisar o que é de fato de extrema urgência para a melhoria na qualidade de vida dessa população, só assim poderemos propor uma melhoria digna no habitar dessas pessoas.

5. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em busca de um desenvolvimento que atenda os temas econômico, social, ambiental e tecnológico, tentando inserir o arquiteto dentro desse processo, não como um elemento isolado, como um profissional habilitado, mas como parte de um todo que pode intervir no campo da política buscando alcançar todos os benefícios possíveis para uma sociedade crescer de forma que não comprometa o meio ambiente e possa se desenvolver.

O arquiteto hoje um profissional habilitado e que pode inspecionar as políticas dos programas do governo federal, pondo-as em prática, permitindo que o ser humano se conscientize de toda a problemática que afeta o seu futuro imediato de modo a propor que as soluções comecem a ser estudadas.

As economias mundiais mais ricas possuem condições de iniciar esse processo de pesquisa, pois possuem aparato tecnológico para desenvolver pesquisas para geração de energias mais limpas e que ajudam a consumir menos dos recursos naturais.

Além de tudo o que já foi dito sobre o desenvolvimento sustentável, ele também significa mudanças no padrão de consumo que de maneira desnecessária armazenam a biodiversidade de outros países.

Pesquisas indicam que mais de 20% da população mundial precisa de melhoramentos no seu modo de vida. Durante essas pesquisas percebe-se também que há uma relação direta entre pobreza, degradação ambiental e o rápido crescimento populacional. Assim, aliviar de forma consistente a pobreza absoluta é uma forma de aliviar danos ao meio ambiente e acelerar o processo de desenvolvimento sustentável.

A deficiência na educação dessas pessoas faz com que elas tenham o mínimo de preocupação com a questão ambiental de modo que a maioria não considera a sustentabilidade em seus atos, como também tendem a ter mais filhos.

Analisando algumas informações observa-se que em qualquer lugar dado, o crescimento populacional desenfreado reduz as fontes básicas naturais referentes a cada um dos indivíduos do mundo.

Há uma grande preocupação com o quanto a população irá se reproduzir e se o número em algum momento chegará ao número máximo que o planeta suportará.

Um meio para minimizar a atual situação do mundo seria o redistribuimento e o redirecionamento, que asseguram as necessidades básicas do ser humano – instrução, saúde, água – melhorando a educação os serviços de saúde no combate à fome.

Melhorando o acesso a esses recursos é possível desenvolver o crescimento qualitativo dessas pessoas. Uma população saudável, bem alimentada e mais educada é ponto chave que ajuda no desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento não significa só atender as necessidades básicas do ser humano, mas também busca o bem estar social, resguardando as diferenças culturais, preparando todos para participar do processo de busca pela sustentabilidade.

6. HABITAÇÃO E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A função primordial da habitação é a de abrigo. Com o desenvolvimento de suas habilidades, o homem passou a utilizar materiais disponíveis em seu meio, tornando o abrigo cada vez mais elaborado. Mesmo com toda a evolução tecnológica, sua função primordial tem permanecido a mesma, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos (ABIKO, 1995 – *apud Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*).

Analisando a casa sob outro aspecto, o arquitetônico, pode-se agregar à habitação outra função além da de abrigo. A forma da edificação é variada em uma mesma localidade ou dentro de uma mesma sociedade urbana, uma importante característica da população humana: a do *significado*, transmitir o desejo de deixar claro a diferença e a territorialidade de cada habitante, em relação às demais pessoas, de dentro e de fora do grupo a qual pertencem.

A aspiração pela casa própria, em conjunto com a alimentação e vestuário, são a principal forma de aplicação da renda familiar, com intuito de construir seu patrimônio, assim a habitação é classificada como uma necessidade básica do ser humano.

Ao se conseguir uma habitação, esta passa a ter outras três funções, a social, a econômica e a ambiental.

A sua função social está relacionada ao fato de ser o local que o dono ocupa antes e depois do trabalho, onde ele realiza suas atividades fisiológicas, seu convívio social e familiar, suas refeições – enquanto ele este se encontra na mesma –, assim como o seu descanso. Os quesitos, habitabilidade, segurança e salubridade são extremamente importantes e devem ser levados em consideração tanto no conceber como no adquirir uma habitação.

Na função econômica, pode-se dizer que seu grau de importância é elevadíssimo, pois durante o processo construtivo, a geração de emprego e renda é inquestionável, a economia local é estimulada, assim como o mercado imobiliário, o que estimula também o aquecimento do setor da construção civil.

O próprio “ter” a habitação, valida a sua função econômica, pois para possuir este bem é necessário ter o capital para tal.

Sua função ambiental está ligada a questões de urbanicidade, onde se faz necessária a existência de infraestrutura, saúde, educação, transporte, trabalho e lazer. Durante o processo de desenvolvimento as necessidades de melhorias nas condições de vida, de moradia e de trabalho precisam ser atendidas.

Por ser um bem relativamente caro, a habitação é uma necessidade de que as pessoas de renda mais baixa não podem suprir facilmente, sendo que estas mesmas pessoas compõem a maior demanda por habitação no país.

O termo Habitação de Interesse Social (HIS) define uma série de soluções de moradia voltada à população de baixa renda.

A repercussão do problema da habitação de interesse social vai além da simples construção da mesma. Sua solução está ligada a fatores como a estrutura de renda das classes sociais mais pobres, dificuldades de acesso aos financiamentos concedidos pelos programas oficiais e a deficiência na implantação das políticas habitacionais (BRANDÃO, 1984 – *apud Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*).

Dentro da habitação de interesse social, é necessário atentar para a questão urbana, pois a habitação não pode ser inserida no meio do nada, ela deve ser atendida no que se refere a serviços urbanos, infraestrutura urbana e equipamentos sociais, para que a urbanicidade possa existir.

Uma coisa deve ser esclarecida, “habitação de interesse social” não é a mesma coisa que “habitação de mercado popular”. Na habitação de mercado popular a produção/consumo da mesma existe, contudo os critérios para o seu planejamento e implementação não são os mesmos dos programas governamentais.

O “Interesse Social” como terminologia há habitação no Brasil já era utilizado nos programas de menor renda do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) (ABIKO, 1995 – *apud Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*).

Pode-se dizer que a habitação de interesse social é aquela que é imprescindivelmente induzida pelo poder público. Pode-se dizer também, que a H.I.S. tem que ser:

1. Financiada pelo poder público, mas não necessariamente produzida por ele, de modo que outras empresas podem assumir essa etapa, como por exemplo, através de processos licitatórios;

2. Destinada principalmente a pessoas pertencentes às faixas de renda objeto desses tipos de programas sociais (faixa até 03 salários mínimos);
3. A H.I.S. pode ser inserida diante de outras situações como a de risco e preservação, como ambiental e cultural.

Algumas características percebidas ao longo desses dois últimos séculos, além da vinda da população rural para as cidades, o aumento do envelhecimento da população, a redução no número de pessoas por família, assim como a valorização e o aumento do papel da mulher na sociedade como um todo e as novas formas de relação de trabalho, com direitos e jornadas reformuladas.

Mudanças nos hábitos e consumo de tornaram uma tendência global, de modo que o tempo destinado ao lazer aumentou, como consequência da redução do tempo da jornada de trabalho e do aumento do poder aquisitivo e do nível educacional. Contudo todos esses fatores não se manifestaram na mesma velocidade e nem na mesma intensidade que em países mais desenvolvidos, ainda mais nas faixas de baixa renda.

Dessa forma, conhecer e analisar os fatores sociais, econômicos e históricos que orientam as necessidades habitacionais do país torna possível compreender o momento e o futuro da habitação.

Na Constituição Federal de 1988 previa-se o princípio da função social do uso do solo urbano, assim o termo interesse social é constitucionalmente incorporado às políticas habitacionais para a população de baixa renda.

Em 2001 o Estatuto das cidades é promulgado, onde a função social do solo é validada e a habitação é discriminada como um 'direito básico' do ser humano.

Tais ferramentas legais foram criadas com intuito de garantir a função social do solo urbano, como uma concessão de direito de uso e as zonas especiais de interesse social.

Além de aspectos quantitativos há também outros indicadores que auxiliam no entendimento das necessidades habitacionais, um deles é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Ele se resume a medição de outros indicadores relacionados ao desempenho médio do país em três esferas:

- Vida longa e saudável;
- Acesso ao conhecimento;
- Um padrão de vida decente.

O que se percebe durante todo esse tempo de trabalhos e programas direcionados à habitação, é que o principal problema está relacionado a má distribuição de renda no país. Agregados a isso ainda tem a dificuldade de comprovação de renda, de regularização da terra já ocupada; esses fatores são relevantes e devem ser minuciosamente analisados para que se entenda o perfil sócio-econômico e cultural da população que necessita desses programas de habitação do governo.

Observando o dado econômico percebe-se que o aumento do nível médio de escolaridade da população ajudou a elevar a produtividade dos trabalhadores, contribuindo assim para o desenvolvimento do país. Dessa forma conclui-se que quanto maior o nível de escolaridade maior a geração de renda, o que contribui para a aquisição e manutenção da habitação.

O crescimento e movimento da população são os principais fatores que contribuem para acarretar uma demanda que não encontra condições de conseguir habitações adequadas.

Com o aumento da longevidade, a demanda de população da terceira idade está crescendo, assim os programas e as habitações tem que atender as especificidades dessas pessoas idosas.

O aumento de índices que medem a qualidade de vida é resultado da melhora política e econômica que vem ocorrendo no país. Para que se possa manter esse nível é preciso que o conhecimento dos aspectos sociais e demográficos sejam sempre acrescido de dados frescos, sempre deve estar atualizado, só assim será possível adequar e melhorar os programas habitacionais do governo de modo que eles venham a atender as necessidade expectativas e requisitos do planejamento.

O que se observa na situação atual da população é a inadequação das habitações para as suas necessidades. Nem sempre é necessário demolir, contudo a habitação precisa de investimentos par que seja adequada de forma correta e assim possa atender essas necessidades.

Uma habitação é classificada como inadequada quando esta precisa de melhoramentos para alcançar um grau mínimo de habitabilidade, atendendo critérios de infraestrutura, de serviços e ao ambiente onde ela está inserida.

Para compreender melhor a necessidade de expansão habitacional no país é preciso entender a problemática em si.

O Déficit Habitacional é o maior agravante da atual situação do país, é a necessidade de reposição total das habitações que se encontram em condições precárias e atender as condições dadas pelo mercado.

O conceito de Habitação de Interesse Social que conhecemos hoje surgiu com o advento da Revolução Industrial na Europa no século XVIII. Com o crescimento das indústrias a oferta de mão-de-obra aumentou, sendo que as pessoas migram do meio rural para as cidades, acarretando a concentração populacional no meio urbano e mudando o perfil da sociedade.

Ainda no século XIX, o processo construtivo das casas era feito pelo próprio morador, por iniciativa do Governo Federal ou de empreendedores. No setor da construção civil a principal atividade era a de habitações, sendo que a produção dos materiais para obra, eram produzidos no próprio local.

Aproveitando o momento, onde o processo de produção de várias coisas estava sendo industrializado, o setor da construção civil inseriu a produção de tijolos nesse momento. Dessa forma a construção dos edifícios também ganhou cunho industrial, a produção de seus insumos segue o mesmo rumo, o que aumentou e acelerou a sua produção para o mercado.

Os erros nas medidas das paredes, durante a construção reduziu significativamente, reduzindo conseqüentemente os custos. Todas essas modulações nas medidas dos tijolos fez com que na década de 1950 fosse criada uma norma regulamentadora que amarrava as medidas dos insumos da construção civil em derivados de 10 cm. Contudo os produtores dos insumos não aderiram à norma e esta foi revogada.

Com o passar do tempo novas formas e técnicas construtivas surgiram, isso se deve principalmente a dois aspectos:

- Criação da faculdade de engenharia – nesse momento a ciência entra em conjunto no processo construtivo das habitações;

- A criação de novas técnicas construtivas e de obtenção da matéria-prima.

Ainda no começo do século XX, o aumento da população nas cidades, juntamente com a redução da taxa de mortalidade – graças as políticas de saneamento – fez crescer a demanda por habitação.

Essa concentração da população nos grandes centros fez com que o surgissem soluções – criadas pelos próprios moradores, como cortiços, casas de cômodos, vilas populares ou mesmo avenidas – criando condições insalubres para toda a população urbana. Assim o governo percebendo a situação, iniciou discussões sobre leis e normas regulamentadoras sobre as cidades, o chamado Higienismo.

O período pós-guerra também foi marcado pelo agravamento da já presente crise habitacional, onde agora a população das áreas menos desenvolvidas partiam para os grandes centros urbanos, aumentando a demanda por novas habitações.

Nesse período a quantidade de favelas no Brasil é significativa, daí o governo se manifesta criando a primeira lei a tratar das favelas – a Chamada Lei das Favelas, em 1956 - uma tentativa de eliminar as favelas na paisagem urbana.

Com toda essa problemática, em 1964 o Governo Federal cria o BNH (Banco Nacional da Habitação), com intuito de produzir em massa habitações para atender a crescente demanda, o que auxiliaria também na criação de empregos e aqueceria o setor da construção de edificações no país, deixando claro a supremacia do capital privado no país.

O BNH como controlava o Sistema Financeiro de Habitação sendo que dentro deste haviam dois instrumentos relacionados a habitação, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo). Dessa forma o BNH definiu eu as Companhias Municipais de Habitação (COHABs) fossem as responsáveis pela construção de moradia com a renda do FGTS para atender o mercado popular com renda até 3 (três) salários mínimos.

Na década de 70 denúncias mostraram que o BNH estava se desviando do seu objetivo inicial – combater o déficit habitacional. Numa tentativa de reorientar sua atuação, o BNH investiu de forma pesada na construção de habitações de

interesse social, cujos valores aumentaram significativamente, sendo que nas grandes cidades era composto por edifícios de apartamento.

Mesmo com as reorientações nas formas de atendimento, na década de 80 o BNH deixou de existir devido o aumento da crise. Todo o problema da inflação e dos mínimos reajustes nos salários, o nível de inadimplência cresceu. As funções do antigo BNH foram reunidas pela Caixa Econômica Federal. O intervalo de 1985 e 1989 é marcado pela carência de um programa político habitacional sólido, pois o governo possuía ações desarticuladas, impedindo-o de enfrentar a crise do sistema.

Já na década de 90 se percebe uma série de fatos históricos no contexto internacional e nacional, que motivaram mudanças na visão sobre aspectos da vida, como a habitação em si e sua produção.

Nessa mesma década, em 1996, aconteceu a segunda conferência das Nações Unidas a respeito de estabelecimentos habitacionais, o Habitat II, no qual foram definidas algumas diretrizes para alcançar melhorias de vida nos centros urbanos, nas zonas rurais, assim como o gozo pleno e gradual do direito a habitação.

Durante o evento, as opiniões e tendências sobre construções habitacionais foram unidas e divulgadas pela Associação Brasileira de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC) em conjunto com o Governo Federal e representantes da indústria da construção. O título desse documento é *Plano Estratégico para Ciência, Tecnologia e Inovação na Área de Tecnologia do Ambiente Construído com Ênfase na Construção Habitacional*.

Assim, no material apresentado são mostradas as tendências de três categorias, as sócio-econômicas, as de transformações na organização do macro-complexo da construção e no processo de construção. No documento é bastante enfatizado o novo perfil sócio-econômico que está se formando no país.

7. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

7.1 ALEJANDRO ARAVENA – ELEMENTAL IQUIQUE – MÉXICO

Alejandro Aravena é autor do projeto Elemental, em Iquique – Chile, implantado em 2001.

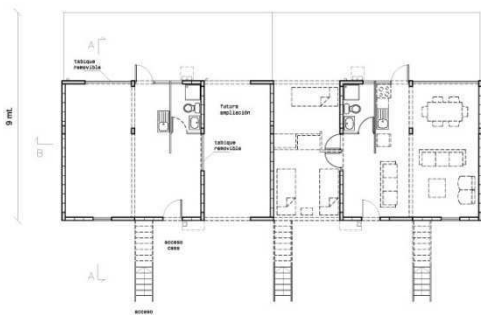
A proposta do projeto era re-estabelecer 93 famílias que moravam no local nos últimos 30 anos, trabalhando com um orçamento limite de U\$ 7.500,00 dólares por família.



Implantação

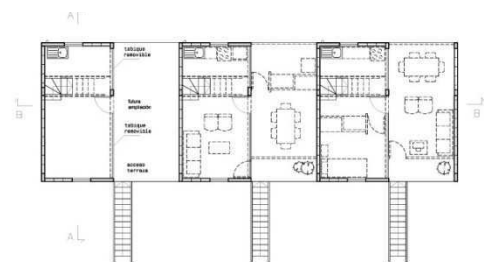
Fonte: www.alejandroraravena.com

Essa condicionante foi o que estimulou Aravena a desenvolver um projeto que valorizasse cada unidade, para que se pudesse trabalhar com a idéia de que habitação de interesse social não é uma *despesa social*.



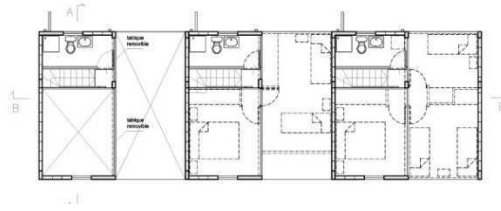
Planta Pavimento Térreo

Fonte: www.alejandroraravena.com



Planta 1º Pavimento

Fonte: www.alejandroraravena.com



Planta 2º Pavimento
 Fonte: www.alejandroravena.com



O objetivo foi alcançado e o projeto conseguiu atender as necessidades, respeitando as condicionantes impostas. O passo seguinte foi desenvolver oficinas participativas com as próprias famílias, de modo que estes moradores se tornaram aptos a dobrar os metros quadrados de suas casas.



Elemental Iquique
 Fonte: www.alejandroravena.com

Passados cinco anos após a implantação do Elemental Iquique, cada casa já estava sendo avaliada em mais de U\$ 20.000,00 dólares.

A tecnologia Elemental tem capacidade de ser adaptada às necessidades de qualquer projeto, tanto que projetos direcionados à classe média foram solicitados pelo Instituto de Habitação do Nuevo León, no México. Existem também projetos sendo desenvolvidos em São Paulo e em Nova Orleans.

Para Aravena, a velocidade de execução é a chave, e para poder aumentar essa velocidade ele trabalha com pré-fabricados. Contudo os pré-fabricados, para muitos, amarra o projeto fazendo com que ele não possa ser adaptado a diferentes situações. Só que, ao analisarmos o objetivo específico da utilização de pré-fabricados, vemos que a solução para essa adaptação é simples, é

só personalizar as peças de forma que elas possam ser utilizadas na construção da segunda metade das casas por cada morador, cada um se torna responsável pela 'personalização' da solução final da casa.



Elemental Iquique

Fonte: www.alejandroravena.com

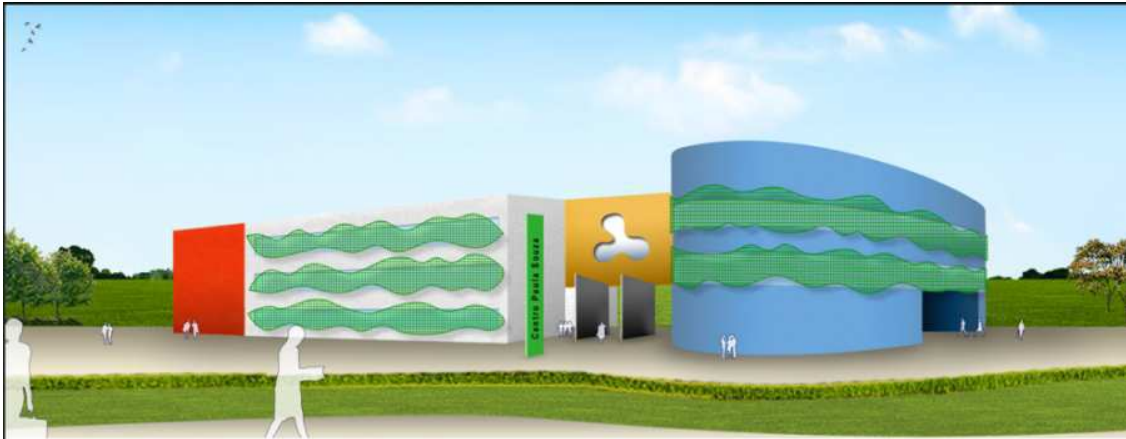
A primeira parte do projeto, a que é entregue aos moradores é a parte estratégica, onde estão as partes de resolução mais difícil, sendo a forma base, justificando a escolha e vantagens dos pré-fabricados, além de permitir, através de sua velocidade e flexibilidade, que moradias em bairros inteiros possam ser feitas com recursos mínimos.

7.2 RUY OHTAKE – POLO EDUCACIONAL HELIÓPOLIS – SÃO PAULO

Em 2007, a prefeitura de São Paulo cedeu um galpão em Heliópolis para a entidade UNAS, que representa a comunidade, para que nele fosse feita uma reforma com intuito de implantar o Centro Cultural de Heliópolis.

O galpão estava em uma localização estratégica, de modo que o novo centro cultural se integrou facilmente numa área onde haviam sido construídas duas creches (Secretaria Municipal da Educação) e a Escola Técnica Paula Souza (Governo do Estado). Existia também uma praça adjacente há mais de 50 anos, onde foram implantadas duas escolas, uma infantil e outra fundamental, além de mais uma creche. Todos esses componentes foram integrados criando um grande

Polo Educacional e Cultural, fazendo com que a criança passe por vários níveis de ensino, saindo da comunidade com formação técnica, pronto para o mercado de trabalho.



Centro Paula Souza
Fonte: www.ruyohtake.com

O centro cultural complementa as unidades educacionais e suas atividades, intensificando a formação e consolidação da identidade local, da formação dos adolescentes e da sua integração na cidade.



Centro Cultural Heliópolis
Fonte: www.ruyohtake.com

O projeto do centro cultural, em si, é composto por três volumes, o galpão, um circular e um triangular, onde o antigo galpão, de dois pavimentos,

possui três salas multiuso no pavimento superior e o cinema/teatro/auditório no térreo, com capacidade para 120 pessoas, ele foi complementado com sanitários e cozinha e do lado de fora com um pátio coberto. No volume triangular foi proposto uma galeria de arte e no volume circular um teatro infantil.



Implantação
Fonte: www.ruyotake.com

Dessa forma, o pólo que se formou através da conexão de todas essas unidades educacionais e culturais, com áreas livres (sem muros) entre as edificações, uma junção de níveis de ensino, com crianças, adolescentes e adultos, vendo o seu futuro mudar, tornando-se membro da cidade, conquistando o seu desenvolvimento.

8. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA PARA O BAIRRO DA ILHINHA

8.1 URBANO

A proposta aqui apresentada visa ajudar no processo de desenvolvimento do bairro da Ilhinha, que no momento se encontra desamparada pelo poder público, sendo que este tem carências em vários setores, como na educação, saúde, habitação, serviços e equipamentos urbanos; enfim, toda a infraestrutura urbana que se faz necessária para que a população possa ter urbanicidade.

Durante o processo de elaboração da proposta, várias visitas ao bairro foram feitas, para que se pudesse entender o máximo possível as necessidades e carências dessa população. Assim como visitas a órgãos que pudessem fornecer informações sobre o bairro.

Segundo dados coletados no Instituto da Cidade, a maior parcela da população se encontra com idade entre 05 e 29 anos, uma população relativamente jovem, com potencial para contribuir para o desenvolvimento do bairro e da cidade, mas que se encontra excluída desse processo.

Para poder introduzir essa população em um patamar de desenvolvimento e de qualidade de vida mais elevado as necessidades básicas devem ser atendidas.

Devido o momento em que o mundo se encontra, de grande risco ambiental e redução dos recursos naturais, os projetos que hoje são propostos em qualquer âmbito ou esfera devem visar o Desenvolvimento Sustentável, pois este, com já citado anteriormente serve como orientação e diretriz para que se possa atender as necessidades da população de hoje sem comprometer as gerações futuras de atender as suas.

O bairro da Ilhinha possui um potencial que poucos percebem, assim com a Península da Ponta D'Areia, a visão da Baía de São Marcos é privilegiada tanto quanto, contudo como a área é ocupada com população de baixa renda, com ocupações irregulares, esse ponto forte não é visto logo de início. Além do fato de que da sua margem litorânea é possível apreciar todo o acervo arquitetônico do Centro Histórico de São Luís.

Apesar do seu relevo não ser todo regular, seu valor não deveria ser menosprezado, afinal, São Luís é uma ilha, e várias outras áreas supervalorizadas não são desconsideradas na hora de receber investimentos do governo e de investidores.

O próprio fato de o bairro estar próximo a áreas de grande valor, como a Ponta D'Areia, São Francisco e Lagoa da Jansen, deveria ser mais um estímulo para que ele recebesse investimentos e melhorias na sua infraestrutura urbana.

As condições de habitabilidade são mínimas, mesmo que o morador possua bens de certo valor econômico – como eletroeletrônicos ou afins –, a situação local onde ele se encontra é oposta, onde o espaço urbano é digamos que renegado pelo poder público e quem sofre com isso não é apenas a população que ali mora, mas toda a cidade, que está deixando de ter a contribuição dessa população no seu desenvolvimento.

Assim as propostas que aqui serão apresentadas virão acrescentar valor a terra e a população, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento sustentável, para a redução da degradação do meio ambiente e para o crescimento qualitativo dessa população que tem tanto a oferecer para a cidade.

8.2 EDUCAÇÃO

8.2.1 *Escola Agrícola*

Entendendo que esse processo de desenvolvimento deve passar num primeiro momento pela Educação, pois só assim, com uma população bem orientada no que se refere à sustentabilidade é possível alcançar êxito na busca pelas melhorias na qualidade de vida.

O bairro da Ilhinha é carente no setor da educação, com apenas uma escola para atender todo o bairro, sendo esta municipal de nível básico; algumas creches também existem – públicas e privadas – contudo ainda não atendem a grande demanda. A Ilhinha é um bairro extremamente denso, cuja população aumenta consideravelmente a cada dia.

Essa deficiência no sistema educacional que atende o bairro causa extrema preocupação nos pais dos jovens, pois se não há escolas para seus filhos ficarem, onde recebam educação e orientação, eles irão ficar sem ocupação, propícios a serem inseridos no mundo das drogas, da marginalidade.

Pensando em atender essa demanda, toda essa carência e na sustentabilidade, propomos a inserção de uma Escola Agrícola no bairro, onde esses jovens recebam educação de qualidade, tanto a nível médio como técnico, de modo que eles possam auxiliar futuramente no contínuo processo de desenvolvimento do bairro, só que agora com visões sustentáveis, pensando no meio ambiente, já que hoje o bairro se encontra em uma situação de intensa contribuição na degradação do meio ambiente, com ocupações avançando sobre o Igarapé da Jansen e da Baía de São Marcos.



Área onde será implantada a Proposta da Escola Agrícola da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Assim, a inserção dessa escola, com essa visão sustentável, com esse porte para educar, capacitar profissionalmente futuros técnicos, será um grande acréscimo na qualidade educacional e de vida dessa população, será uma peça chave no desenvolvimento da cidade como um todo. O ganho será não apenas para o bairro, a cidade ganhará um incentivo à não marginalização dessa população, cujos futuros técnicos irão contribuir no crescimento econômico da cidade.

Pesquisas e dados divulgados por vários órgãos que medem o nível de desenvolvimento dos países, indicam que o tempo médio de escolaridade e o nível

deste, são fatores que tem feito crescer o Índice de Desenvolvimento Humano IDH no país.

Dessa forma, é fato que melhorando a qualidade da educação no país e aqui em São Luís, nas áreas que de fato necessitam com urgência trará aumento no nível de desenvolvimento da cidade. A valorização da população e uma área como a Ilhinha, com tantos potenciais, deve ser incentivada para que assim possa se ter retorno de possíveis e necessários investimentos.

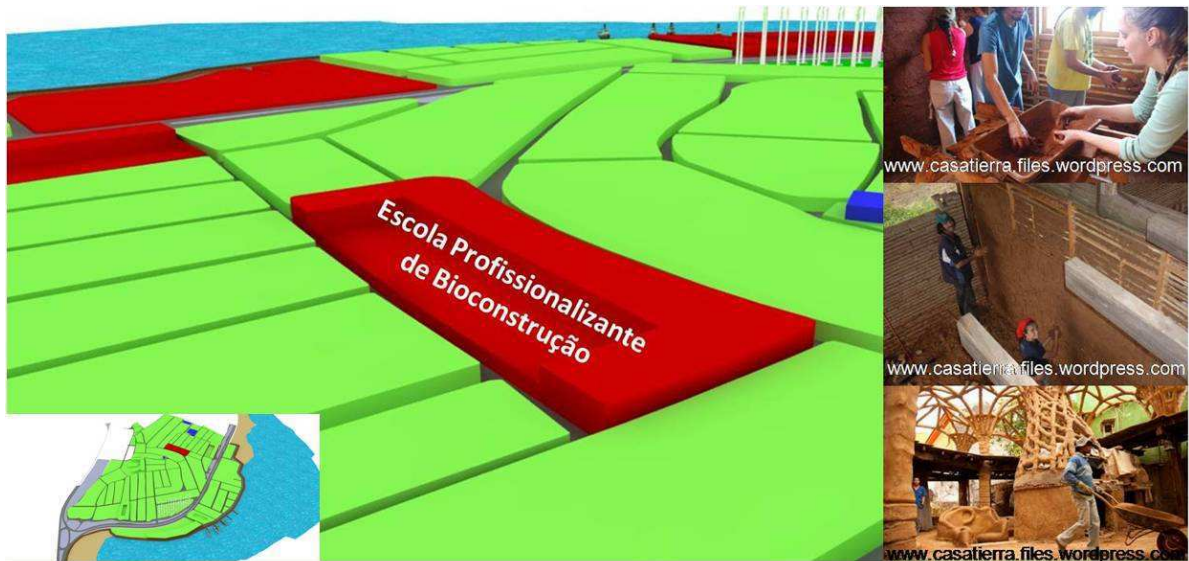
8.2.2 Escola Técnica Profissionalizante em Bioconstrução

Complementando a intervenção no âmbito da educação, propomos a implantação de uma Escola Profissionalizante com especialização em Bioconstrução.

O desenvolvimento sustentável vem sendo bastante disseminado ao longo dos anos, incluindo o da construção civil. A construção de edificações com essa visão de preservação do meio ambiente vem acarretando várias pesquisas e investimentos no setor tecnológico para que novos materiais, técnicas produtivas e construtivas venha atender as premissas do desenvolvimento sustentável.

Pensando nisso e no novo momento que o bairro da Ilhinha vai passar, de intensa adaptação em busca do desenvolvimento sustentável, onde o setor da construção civil vai ser aquecido, se percebe uma necessidade de capacitar essa possível mão-de-obra para que estejam aptos a nova demanda de atividades construtivas que se darão na Ilhinha.

Como já citado, as novas edificações habitacionais utilizarão tijolos prensados de solo estabilizado, que por mais simples que sejam, estão enquadrados entre os materiais utilizados na bioconstrução.



Área onde será implantada a Proposta da Escola Profissionalizante de Bioconstrução
 Fonte: Arquivo pessoal da autora

Dessa forma, capacitar esses moradores para que estes participem do processo construtivo dessas novas edificações é um ponto chave. Eles vão estar se qualificando para construir suas próprias casas, vão estar prontos para serem absorvidos pelo mercado de trabalho e vão contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável do bairro da Ilhinha e da cidade.

Assim, uma vez que esse momento de intensa mudança no bairro estiver finalizado, quando toda a proposta aqui apresentada for inserida, essa nova população de técnicos da construção vão poder seguir para uma nova etapa, novas construções que estão acontecendo em toda a cidade de São Luís, afinal a cidade se encontra em um ótimo momento de crescimento do número de construções, incluindo as de habitações.

Essa Escola Técnica estará atuando em conjunto com a Olaria – já citado – fortalecendo a produção de uma população apta a produzir suas próprias casas – definidas como autoconstruções – pós os moradores serão capacitados na escola técnica, terão acesso ao processo de produção dos materiais necessários para a concepção da casa e farão parte de uma nova leva de técnicos, que será absorvida pelo setor de construção civil e irão contribuir para que a Ilhinha de fato alcance o seu desenvolvimento sustentável.

8.3 GERAÇÃO DE EMPREGOS

A população que hoje vive no bairro da Ilhinha está crescendo, não só com o aumento da taxa de natalidade, mas também pela migração de pessoas de outras cidades do interior.

Esse crescimento populacional agrava a atual situação do bairro em vários âmbitos, incluindo o de desemprego. Essas pessoas, na maioria das vezes possuem pouca formação, não possuem emprego.

A demanda da população carente de empregos em bairros de baixa renda, como é o caso da Ilhinha é crescente. A deficiência do setor educacional que viria a capacitá-la é um dos principais fatores que contribui para essa triste realidade.

Levando em conta o potencial que o bairro possui, da mão-de-obra que pode ser absorvida no processo de desenvolvimento que o bairro precisa passar, dentro da proposta de intervenção aqui sugerida, essa questão negativa do desemprego da grande parcela da população da Ilhinha vai mudar.

8.3.1 *Olaria de Tijolos de Solo Prensado Estabilizado*

Algumas propostas que visam reduzir esse grau crítico de desemprego e de condições mínimas de renda serão implantadas para que essa população venha a contribuir para o desenvolvimento do bairro e da cidade.

Para tanto, em um primeiro momento propõe-se a implantação de uma Olaria, esta além de gerar emprego durante o seu processo construtivo e produtivo, será um elemento de grande importância no processo de implantação da proposta geral de intervenção no bairro da ilhinha, principalmente no momento em que os novos modelos de habitação forem concebidos.

Esse empreendimento que terá uma função comunitária virá auxiliar de forma intensa as novas construções a serem implantadas no bairro, visando o desenvolvimento sustentável. Para tanto, os tijolos que nela serão produzidos, são do tipo tijolos prensados de solo estabilizado.

A escolha por este tijolo específico não foi feita assim ao léu, durante o processo de pesquisa dos materiais que poderiam ser utilizado nessas novas construções, levando em conta a questão ambiental, de geração de resíduos no processo construtivo, de danos ao meio ambiente, a facilidade e praticidade de utilização durante a construção e também de preço, fez com que este tipo de tijolo em especial.



Area onde será implantada a Proposta de Construção da Olaria de Tijolos de Solo Estabilizado
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Como as novas edificações habitacionais a serem inseridas no bairro – que serão comentadas mais a frente – deverão ser Autoconstruções, sua praticidade no momento da execução da obra é primordial para que não hajam falhas e nem perdas. Os tijolos utilizados, produzidos por esta olaria

Assim, Inserir uma olaria com esse produto específico vai contribuir para baratear ainda mais as novas construções do bairro, já que quem produz vai estar próxima de quem vai utilizar, reduzindo período de transporte do produto da olaria até a obra e vai fazer complementar de forma ativa a construção das novas habitações, já que na proposta de novo modelo habitacional que será apresentada ainda neste trabalho, está sendo utilizado este modelo de tijolos prensados de solo estabilizado.

8.3.2 Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar

Outro empreendimento que está sendo sugerido na proposta de reabilitação urbana do bairro é um grande complexo de restaurantes de frutos do mar. Ele será inserido na faixa litorânea do bairro, com vista privilegiada da Baía de São Marcos, valorizando assim ainda mais a região.

Esse complexo vem para contribuir para a redução do desemprego no bairro, pois ele viria auxiliar na absorção dessa população pelo mercado de trabalho. Assim reduzindo o número de desempregados e de jovens que por ventura entrariam no mundo do crime e das drogas.

A ênfase no tipo de pratos a serem servidos nesse complexo é uma forma de amarração a outras duas propostas que também serão inseridas. Uma é o 2º Mercado do Peixe de São Luís e a outra é a construção de 5 (cinco) piers pesqueiros nessa faixa litorânea – que serão comentadas mais a frente.



Área onde será implantada a Proposta de Construção do Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar
Fonte: Arquivo pessoal da autora

8.3.3 2º Mercado do Peixe de São Luís

O potencial pesqueiro na faixa litorânea do baixo da Ilhinha é um ponto que deve ser aproveitado no seu processo de desenvolvimento.

A atividade pesqueira em São Luís é extremamente carente, apesar do Mercado do Peixe da região do Bacanga, próximo ao Anel Viário. Contudo este não consegue atender as necessidades locais, pois sua estrutura é deficiente, não só a física como a organizacional.

A proposta de um 2º Mercado do Peixe, inserido no bairro da Ilhinha, onde a faixa litorânea é mais extensa de mais fácil acesso pelos barcos vindos da Baía de São Marcos, vem complementar a atividade pesqueira que, apesar de muito esforço e falta de estrutura, ainda existe no bairro. Além de servir como fonte de abastecimento para o Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar, que também faz parte da proposta urbanística aqui mostrada.

Sua localização no bairro seria estratégica, estando locado ao lado do Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar e bem em frente aos piers para barcos pesqueiros, que também faz parte do projeto urbano proposto.

A deficiência no atendimento, assim como a falta de estrutura no mercado do peixe de São Luís, fez com que o entendimento de que um novo mercado do peixe se faz necessário, afluísse.



Área onde será implantada a Proposta de Construção do 2º Mercado do Peixe de São Luís
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Na proposta mostrada, esse mercado terá um porte significativo, para que possa absorver a produção recebida pelos piers também propostos.

O Desenvolvimento Sustentável do bairro é objetivo maior e para tanto, a geração de empregos também deve ser estimulada. Assim um empreendimento

dessa magnitude e importância bem acrescentar muito ao processo de crescimento da Ilhinha.

O que deve ficar claro é que apesar desse mercado estar sendo inserido em um bairro, em uma Zona de Interesse Social, isso não quer dizer que o público que ele irá atender será apenas o do bairro, sua proximidade com outros bairros – cujos moradores são detentores de um capital maior e onde existem vários empreendimentos que irão absorver essa produção pesqueira – vai auxiliar e estimular ainda mais o desenvolvimento do bairro e da cidade de São Luís, afinal, se um bairro cresce, se ele se desenvolve isso é ganho não só para ela, mas para a cidade como um todo.

Dessa forma, o 2º Mercado do Peixe de São Luís vem acrescentar muito ao processo de desenvolvimento pelo qual a cidade esta passando, gerando empregos, qualidade no serviço e complementando o atendimento das carências da cidade nesse setor.

8.3.4 Feira de Produtos Orgânicos

Os produtos orgânicos hoje ganharam um mercado sem igual, a não utilização de agrotóxicos é um dos principais fatores que fez esse produto crescer no conceito e na visão da sociedade atual.

A escolha por utilizar fertilizantes naturais aumenta a concentração de nutrientes nos alimentos e melhora a qualidade dos vegetais, deixando-os mais suculentos e saborosos.

Pensando no mercado que se abre quando se fala em produtos orgânicos e na atual demanda de pessoas em busca de oportunidades de trabalho, propomos a implantação de uma Feira de Produtos Orgânicos, que virá atender o bairro e os arredores, além de servir como mais um dos distribuidores de produtos que irão atender ao Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar – cuja proposta já foi apresentada.

A localização da feira precisa ser analisada com cuidado para que a sua implantação seja bem sucedida.

Pensando na questão do abastecimento dessa feira, que se dará tanto por pequenos produtores como por grandes agricultores, se entende que locá-la no perímetro das vias com caixa viária mais larga seria o ideal.



Área onde será implantada a Proposta de Construção da Feira de Produtos Orgânicos

Fonte: Arquivo pessoal da autora

A opção escolhida foi a Avenida Atlântica de São Luís, no trecho próximo à Avenida Maestro João Nunes, outra avenida de grande porte da cidade, que também auxiliará nesse processo de transporte desses produtos, quando vindos em grandes veículos.

Assim a proposta é que a feira ocupe uma quadra inteira, sendo que esta ficará em uma edificação com uma estrutura física e organizacional que atenda a demanda pelos produtos orgânicos, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do bairro e da cidade.

8.3.5 Piers Pesqueiros na Ilhinha

Como já citado anteriormente, o bairro da Ilhinha possui um grande potencial pesqueiro, além da privilegiada vista da Baía de São Marcos e do Centro Histórico de São Luís.

Aproveitando todo esse potencial e tentando suprir a imensa carência de uma estrutura que atenda a necessidade da produção pesqueira da cidade, estamos propondo a construção de 05 (cinco) Piers Pesqueiros na faixa litorânea da Ilhinha.

Esses Piers estariam sendo locados em frente ao Segundo Mercado de Peixe de São Luís, cuja proposta de inserção já foi citada, além de estimular o desenvolvimento da área.

A produção recebida nesses piers irá propiciar a inserção do bairro da Ilhinha no mercado pesqueiro da cidade, além de ser a última peça do complexo pesqueiro que se constituirá.

A proposta é que os piers tenham 60 metros de comprimento cada, o que permitira que bancos com maior capacidade pesqueira possam atracar e abastecer o Segundo Mercado de Peixe de São Luís.



Área onde será implantada a Proposta de Construção de 05 Piers na faixa litorânea da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

O complexo pesqueiro formado proporcionará ganho inquestionável ao bairro e à cidade. A qualidade do produto que chegará à mesa do consumidor será melhor, pois o produto fresco trazido pelos barcos irá imediatamente abastecer o Segundo Mercado do Peixe, cujo tempo do transporte será mínimo, uma vez que este se encontra logo em frente; em contrapartida, o Segundo Mercado de Peixe estará ao lado do Complexo de Restaurantes de Frutas do Mar. Dessa forma, o produto a ser consumido será de melhor qualidade possível: fresco, recém-capturado e conseqüentemente mais saudável na mesa do consumidor.

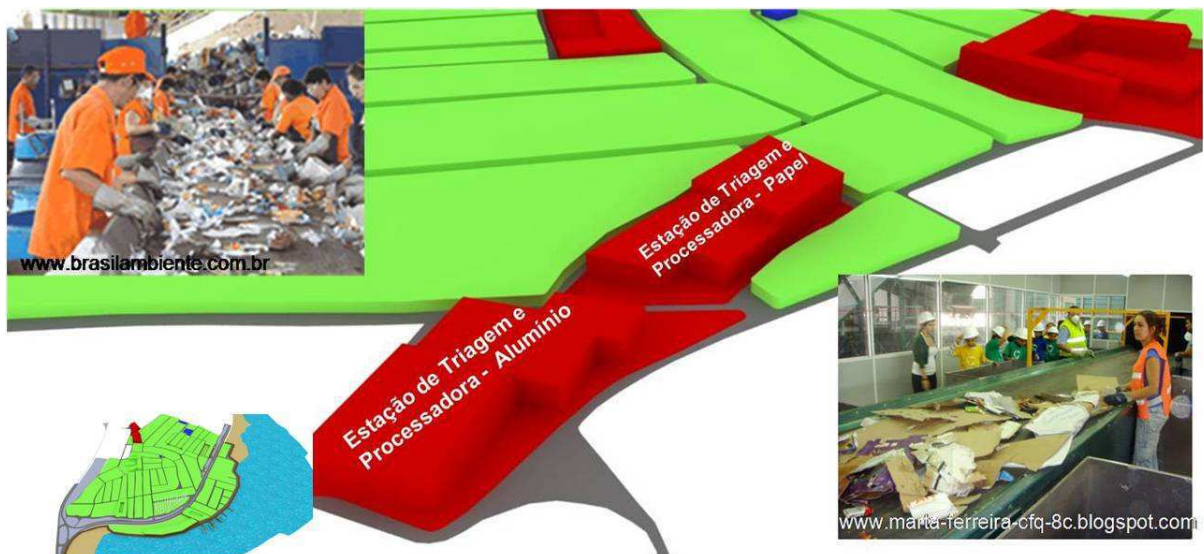
8.3.6 Estações de Triagem e Processadoras de Papel e Alumínio

Uma vez que o Desenvolvimento Sustentável é um dos temas em voga no contexto econômico-social de nossa atual sociedade, onde encontramos considerável percentual da população desempregada, principalmente em comunidades que não oferecem muitas oportunidades de emprego, ademais o potencial que obviamente os moradores dessas comunidades possuem, pode-se julgar que a implantação de equipamentos relacionados à Reciclagem é extremamente válida nos dias atuais.

Neste momento em que o planeta está passando por problemas sérios relacionados à degradação ambiental e à extração desordenada dos seus recursos naturais, pensar na questão da reciclagem é uma das saídas que se vislumbram e se tornam tendência no mundo.

Na estação de triagem é onde os resíduos coletados nos ecocentros, ecopontos ou por catadores, serão separados por tipo, além da definição da condição do material, se ele pode ou não ser reciclado.

Após esse processo de separação, da triagem, os resíduos recicláveis poderão ser usados pelas recicladoras de forma e esse material após o processamento será transformado em uma fonte útil para essas indústrias ou então os resíduos serão utilizados diretamente no processo de produção industrial de novos produtos de consumo.



Área onde será implantada a Proposta das Estações de Triagem e Processamento de Alumínio e Papel
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Uma vez que os resíduos passam pela triagem eles irão para as processadoras, onde no caso do papel, será triturado e empacotado e no caso do alumínio será compactado. Dessa forma o material será encaminhado para as recicladoras, completando o processo de reciclagem de forma mais sistêmica, valorizando o papel desses catadores que venham a abastecer as estações de triagem, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do bairro e para a preservação do meio ambiente.

As atividades que serão desenvolvidas dentro da Estação de Triagem e Processadora estarão interligadas em um sistema que envolverá demais indústrias dentro da Ilha de São Luis, podendo atender tanto às necessidades da comunidade em destaque, quanto oferecer suporte para possíveis expansões, não deixando de estar em parceria com as indústrias de maior demanda, como Alumar e com as Recicladoras de Papel na cidade.

A proposta de parceria entre essas Estações de Triagem e Processadoras com empresas maiores que façam a parte industrial do processo de reciclagem veio com a intenção de criar o vínculo que propicie a constante relação do bairro com grandes empreendedores que venham a entender que o bairro tem potencial e que tem mão-de-obra disponível, que busca a oportunidade de trabalhar.

A escolha por propor o papel e o alumínio como materiais a serem trabalhados nessas estações de triagem e processadoras, não foi desmedida, ela é justificável, pois em São Luís existem empresas que trabalham com esses resíduos e que buscam melhorias para os danos acometidos ao meio ambiente. Uma delas é a Alumar – citada acima – que se encontra no Distrito Industrial, na BR 135 e que trabalha com a extração de bauxita e produção do alumínio no Maranhão.

As empresas que são trabalhadas com a reciclagem de papel em São Luis, apesar de não estarem inseridas no Distrito Industrial e sim em bairros centrais da Ilha, estão aptas a receber esse material já processado que será fornecido por esse novo empreendimento que será inserido na Ilhinha.

8.4 LAZER

8.4.1 Praça e Faixa Beira Rio no Perímetro da Ilhinha

Com já mencionado, o Bairro da Ilhinha tem uma grande deficiência de equipamentos sociais de lazer. No bairro em si, não há nenhum espaço público reservado a práticas do lazer da população.

Durante as visitas ao bairro foram identificados um campo de futebol na margem litorânea do bairro e uma pequena área no cruzamento de três ruas, em frente ao Centro de Saúde Bezerra de Menezes, onde foram colocados pelos próprios moradores alguns bancos de concreto, caracterizando o que seria uma mini praça – na visão da comunidade. Segundo moradores, também há uma quadra que é utilizada para a prática de esportes, contudo é

Com o intuito de suprir essa necessidade da população da Ilhinha, por um local mais decente para que os moradores possam praticar o seu lazer dentro do bairro e em um local mais digo, estamos propondo a implantação de uma **Praça** no local onde hoje é um campo de futebol.



Área onde seria implantada a Proposta da Praça da Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

O campo de futebol em questão é de difícil acesso pelos moradores locais, pois ele é fechado à maior parcela da população da Ilhinha.

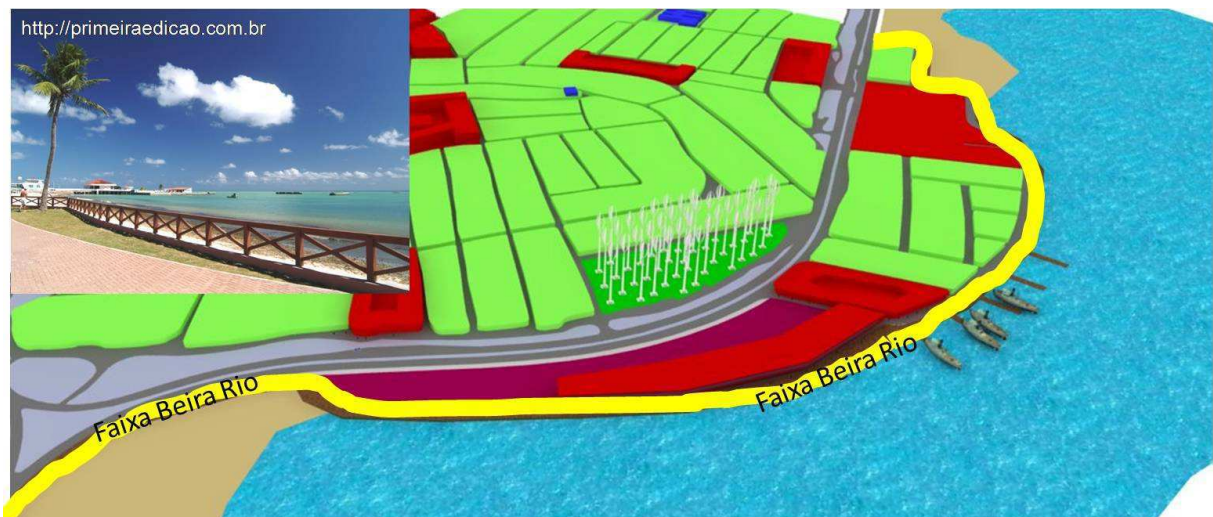
Para mudar essa situação, a implantação da praça virá pra permitir que os moradores do bairro e dos arredores tenham uma opção de equipamento de lazer.

Com a praça pública tem que ser aberta para que possa atender sua real função, esta proposta não poderia seguir um perfil diferente. Já que a intenção com essa proposta urbana é propiciar qualidade de vida para essas pessoas, dar a elas acesso a urbanicidade.

A praça em questão será locada – como já citado acima, no terreno onde hoje é um campo de futebol – contudo, esse terreno possui uma característica que valorizará ainda mais essa praça, ele se encontra bem próximo da faixa litorânea do bairro, permitindo que do terreno se tenha uma vista única da Baía de São Marcos e do Centro Histórico de São Luís.

Aproveitando essa localização às margens da Baía de São Marcos a Praça será conectada diretamente com a **Faixa Beira-Rio**, que também estará sendo implantada ao longo do perímetro litorâneo do Bairro da Ilhinha.

Essa Faixa Beira-Rio virá como um elemento conector de bairros, pois ela seguirá pelo começo da Avenida Atlântica, no encontro dela com a Avenida Maestro João Nunes, contornando a faixa de mangue do Igarapé da Jansen, passando pelas intervenções já propostas – Complexo de Restaurantes, 2º Mercado do Peixe de São Luís e pelos 05 (cinco) Piers – seguindo pela faixa litorânea do terreno da praça acima proposta, até encontrar novamente a Avenida Atlântica de São Luís.



Faixa Beira Rio, contornando o perímetro litorâneo do bairro
Fonte: Arquivo pessoal da autora

A intervenção ao propor uma Faixa Beira-Rio no Bairro da Ilhinha, não é apenas a de acrescentar um novo caminho por onde passar no perímetro do bairro,

mas sim de valorizar ainda mais o potencial desse bairro que é tão mal visto pela sociedade local.

Assim ela também acrescentará ainda mais valor no Complexo Pesqueiro que se formará – com a junção do 2º Mercado do Peixe, dos 05 (cinco) Piers e do Complexo de Restaurantes de Frutos do Mar – além da praça que também está sendo proposta. Ela servirá sim como um novo caminho no bairro, mas um caminho de contemplação da paisagem da cidade e natural, do bairro desenvolvido em que a Ilhinha se transformará, além de acrescentar mais qualidade de vida e lazer na vida dos moradores da Ilhinha e da cidade como um todo.

8.5 CAPTAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA

A Energia Eólica é aquela que é conseguida através de um método que converte o movimento dos ventos em energia mecânica e, em seguida no processo, em energia elétrica.

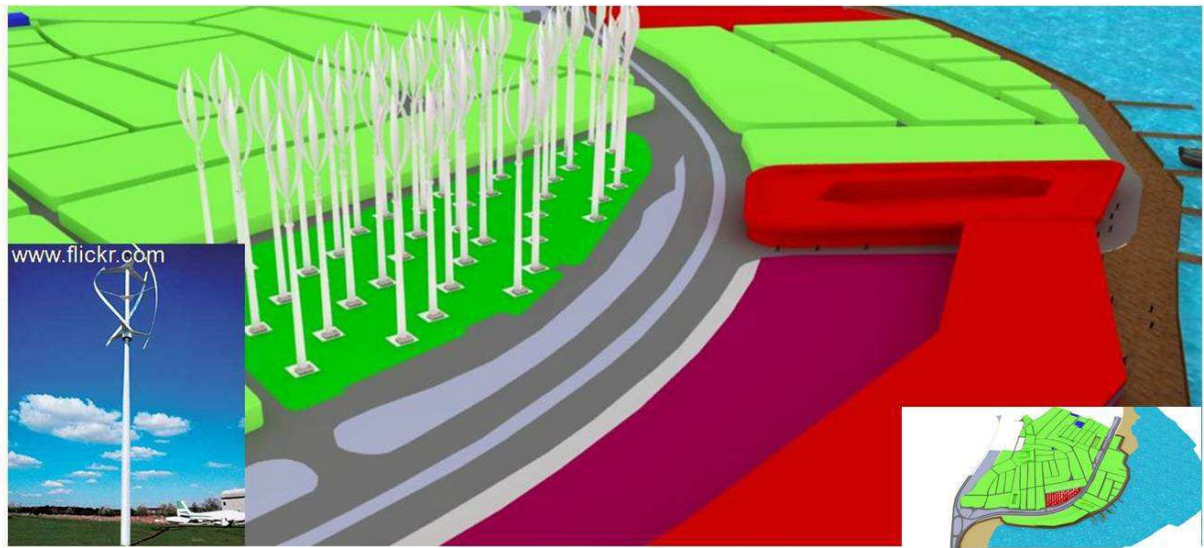
Ela está classificada entre as energias limpas, cuja captação não polui e nem agride o meio ambiente.

O processo de captação de energia eólica se dá através da utilização de grandes hélices, que são conectadas diretamente a um aerogerador e estes ficam fixados em torres que variam de 12 a 32 metros de altura, para poder captar os ventos mais fortes.

Para poder implantar essas torres é necessário que a região tenha ventilação abundante para que valha a pena investir em um empreendimento desses, além da área livre para que se possa locá-las.

O fato do bairro da Ilhinha possuir uma faixa litorânea é um ponto positivo para se obter êxito na implantação de um empreendimento dessa magnitude, além desse fator, há uma área livre no bairro onde podemos inserir as torres. É um terreno cujo nível é um pouco abaixo do nível da rua, mas que devido a sua proximidade com a Baía de São Marcos, é possível a captação mais intensa de

ventos. A região onde são inseridas essas torres em grande quantidade é chamado de Parque Eólico.



Proposta de implantação de Aerogeradores de eixo horizontal, próximos à Baía de São Marco
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Os aerogeradores existentes no mercado hoje funcionam com o eixo das hélices ou na posição horizontal ou na vertical, sendo que, segundo pesquisas, o de hélices horizontal é muito mais rentável, sua rotatividade pode chegar a 900rpm enquanto o de eixo vertical só chega a 150rpm. Devido à maior eficiência, a escolha por implantar aerogeradores de eixo horizontal não há como se discutir.

A captação dessa energia virá acrescentar muito na qualidade ambiental e acrescentará significativamente no desenvolvimento sustentável, além de levar São Luís a um novo status, o de uma cidade que se preocupa e investe em sustentabilidade.

Toda a energia produzida será distribuída de modo que abastecessem os postes de iluminação pública, os novos equipamentos que estão sendo propostos aqui e o restante para atender as novas habitações.

A proposta é que sejam implantadas 40 torres com aerogeradores, sendo que a produção será cerca de 70 milhões de kWh, atendendo cerca de 200 mil habitações. Como no bairro da Ilhinha não existe tudo isso de casas, segundo dados do IBGE, em 2007 existiam 1.550 habitações com 04(quatro) moradores em média.

Dessa forma, a produção aqui verificada seria de um porte considerável, valendo a pena investir em tal tecnologia, na localização que está sendo proposto, já que não só o bairro da Ilhinha tem esse potencial, mas toda a Ilha de São Luis.

8.6 HABITAÇÃO

8.6.1 *Autoconstrução*

A maneira mais comum das pessoas resolverem seus problemas de morar é comprando um lote e nele começar aos poucos a erguer sua casa.

Também acontece de empreendedores abrirem vendas de um loteamento direcionado à população de baixa renda. Essas pessoas compram o lote mesmo sabendo que a infraestrutura urbana é precária, pois o sono de ter sua casa ajuda a superar isso. Contudo, muitas vezes acontece de um ou outro não conseguir pagar todas as parcelas dentro do prazo de vencimento, de modo que o dono do loteamento acaba por retomar a posse do lote e revendê-lo.

Quando a pessoa consegue finalizar a compra, com todas as parcelas pagas, se inicia o processo de construção da casa. A principal forma de resolver o problema de moradia é através de autoconstruções, processo que leva anos e consome todo o tempo livre da família. Geralmente acontece nos fins de semana e nos períodos das férias, consumindo toda a mínima renda que sobra no fim do mês.

A construção é feita em etapas que são negociadas com um trabalhador especializado e o material comprado nos depósitos do próprio bairro.

Normalmente se constrói um barracão ao fundo do lote, em madeira, onde família nova, enquanto a casa de alvenaria é erguida. A intenção é reduzir gastos com aluguel, além da possibilidade de produzir mais, pois estando dentro da obra, qualquer tempinho livre pode ser direcionado a ela.

“Na ideologia dominante, quando não se "consegue" ser proprietário á custa de um esforço tão acentuado, é porque se é preguiçoso, porque o "povo brasileiro não gosta de trabalhar”, porque ele se apega ao "descanso no fim-de-semana". “Esta mesma ideologia é transmitida aos trabalhadores que se assumem responsáveis pelo acesso ou não á casa própria, e mesmo pelo acesso ou não ao emprego.” (RODRIGUES, 1988)

Resumindo, o processo de autoconstrução é penoso e custoso, tanto financeiramente com psicologicamente, tais custos recaem sempre nos setores de renda mínima.

A jornada de trabalho foi estendida para poder acumular mais capital para poder investir na construção, acarretando um desgaste mais acelerado de capacidade do trabalho, sem o descanso necessário.

A casa que é produzida, apesar de precária, não só pelos seus materiais, mas também pela forma de construir, continua e continuará sendo feita, preenchendo espaços entre as zonas urbanas, pois uma das necessidades básicas do ser humano é o abrigo – a casa – de modo que cidades são criadas dessa forma, tentando atender essa necessidade.

8.6.2 Proposta Arquitetônica

Depois de tudo que já foi falado sobre o déficit habitacional na Ilhinha e na importância de um desenvolvimento sustentável para a Ilhinha, propomos a implantação de um modelo de habitação de interesse social, já que a zona a que o bairro está inserido é a ZIS II.

Como o tempo é curto para desenvolvermos a proposta arquitetônica de todas as intervenções aqui propostas, focaremos na necessidade maior da população do bairro da Ilhinha, a habitação.

O modelo proposto seria inserido gradativamente no contexto do bairro de modo que ao longo do tempo venho a substituir as habitações que existem hoje,

cujas condições físicas e a habitabilidade estão comprometidas. A proposta se resume a uma habitação que venha a atender uma família de 04(quatro) moradores – média encontrada através de dados fornecidos pelo Instituto da Cidade.

O projeto dessa habitação de interesse social vem como uma tentativa de resolver a atual situação de crise em que o bairro se encontra.

Pensando na questão da bioconstrução, nas formas de alcançar o desenvolvimento sustentável, propomos que a nova habitação seja construída com tijolos de bloco estabilizado, tijolos estes que serão produzidos na Olaria – já citada anteriormente – de modo que haja uma sistematização desse processo construtivo.

Como os tijolos prensados de solo estabilizado – que serão aqui utilizados – possuem sistema de encaixe, o que acaba modulando o projeto. Um dos intentos da Habitação de Interesse Social é baratear o custo da edificação, esse método vem minimizá-lo, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável já que como o tijolo propicia uma modulação, isso reduz os desperdícios na obra, já que todas as medidas são amarradas às medidas desses tijolos.

O fato de o tijolo ser modulado, de fácil e ágil execução, além de contribuir para que a proposta do projeto seja autoconstruível faz com que a idéia se torne possível, fazendo com que a comunidade local possa participar de maneira ativa do processo de desenvolvimento do bairro em busca da sustentabilidade.

Baseados em estudos sobre a estabilidade desse tipo de bloco, com o qual é possível construir até 03 (três) pavimentos sem precisar de uma estrutura de concreto robusta, apenas com a básica que é inserida dentro dele durante o processo de construtivo, propomos que a habitação de interesse social apresentada aqui possua essa tipologia, térreo mais dois, assim as unidades habitacionais ainda poderão ser autoconstruíveis, sem comprometer a sua execução e nem sua estrutura.



Proposta de implantação de Habitações de Interesse Social na Ilhinha
Fonte: Arquivo pessoal da autora

A proposta da unidade habitacional também tenta atender às necessidades de cadeirantes, de modo que no pavimento térreo, as portas possuem dimensões mínimas requeridas e a do banheiro abre para fora. Por não ter sido possível modificar a planta tipo, pois assim estaríamos comprometendo a estrutura da edificação – pois não estamos trabalhando com superestrutura – então só pudemos fazer essas pequenas adaptações para criar um mínimo de acessibilidade à unidade habitacional do térreo. O que diferencia a planta baixa do pavimento térreo para a do superior é apenas essas portas já mencionadas e o quintal, ao fundo. Nos dois pavimentos seguintes a planta interna da casa é a mesma, mantendo a modulação das paredes e assim da sua estrutura.



Proposta de implantação de Habitações de Interesse Social na Ilhinha - Humanização
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Dessa forma, esta proposta vem buscar atender essa necessidade mínima de morar que o homem possui, visando acrescentar um algo a mais nos modelos propostos de habitação de interesse social, e ao desenvolvimento sustentável nas edificações.

MEMORIAL JUSTIFICATIVO

Apesar do bairro da Ilhinha estar inserido em uma zona de interesse social – ZIS II, ela tem grandes chances de não ser vista assim pela sociedade, não é claro graças aos investimentos públicos e privados, mas graças aos fatores ambientais que a área possui.

A proposta aqui mostrada vem salientar essas qualidades que o bairro possui, a paisagem natural e todos os benefícios que ela pode trazer para o bairro foram levados em conta na elaboração da proposta apresentada.

O bairro possui moradores carentes, mas que tem vontade de crescer em todas as esferas, social, econômica e cultural, além de que podem ser preparados de forma mais adequada a pensar de forma sustentável. Pensar no ambiente onde eles moram.

A proposta urbana que mostramos vem tentar inserir essa sociedade nesse momento em que o mundo começa a ser visionário no quesito sustentabilidade, tentando conseguir propiciar a essa população uma qualidade de vida melhor, e introduzi-los de forma ativa na adequação do seu bairro no processo de Desenvolvimento Sustentável que o bairro precisa passar assim, todos ganharão benefícios e melhores condições de vida.

Tentando atender às necessidades habitacionais encontradas no bairro da Ilhinha, apresentamos a proposta de um modelo de habitação modulada, que usará um pouco de bioarquitetura, o material utilizado para a sua execução é o tijolo prensado de solo estabilizado. A escolha por esse material foi feita para facilitar a execução do material e baratear o custo da obra, já que o modelo de habitação sugerido é para famílias de baixa renda.

Como a proposta desse modelo será inserida em massa no bairro, em todas as quadras que não forem direcionadas às intervenções também propostas aqui, isso nos impede de fazer uma planta de implantação da edificação de forma mais clara. Contudo estamos trabalhando com uma medida de lote mínima para que se tenha uma maior aplicabilidade desse modelo de habitação, onde cada unidade habitacional se acomodará em um retângulo de 11x7,50m, isso sem contar com a caixa de escada, com ela o retângulo passa a ter 11x9,75m.

A escolha pelo bairro da Ilhinha para essa intervenção não foi um mero acaso, o bairro possui um grande potencial que deve ser aproveitado e utilizado. A

população está ali, a postos, esperando uma oportunidade de atuar de maneira ativa no desenvolvimento do seu bairro e inserir tais intervenções nele trará grandes benefícios à cidade.

O potencial ambiental também foi levado em conta, já que o bairro está às margens da Baía de São Marcos, possui uma vista privilegiada do Centro Histórico de São Luís, fatores que devem ser vistos e aproveitados para promover um Desenvolvimento Sustentável para o bairro e para a cidade. Como já foi mencionado, trabalhar com a sustentabilidade hoje em qualquer projeto é a chave para se obter êxito na implantação de qualquer proposta não só nesse âmbito do urbano e do arquitetônico, como em tudo que se imaginar. A questão ambiental é algo que está aí, o mundo vive em crise, pois os recursos naturais estão se esvaindo, então por que não ter essa visão sustentável?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de ocupação e consolidação dos bairros nas cidades, percebe-se que entre algumas áreas ficam uns vazios urbanos, vazios estes que começam a ser ocupados por pessoas com renda baixa ou nula. Estas pessoas ao ocuparem esses locais buscam um lugar pra se instalar e morar, fazer a sua casa. Contudo essas ocupações irregulares e desordenadas como são desmedidas, acabam por agredir o meio ambiente e pondo em risco a biodiversidade do local.

Para se regularizar essa situação, de risco ambiental, social e tentando desenvolver uma área desse tipo, é necessário que se façam estudos, pesquisas e projetos baseados nestes dados para que se possa obter êxito em qualquer tentativa de solucionar tais problemas.

A busca pelo Desenvolvimento Sustentável hoje é intensa, vários países do mundo todo desenvolvem pesquisas, técnicas e métodos em todos os setores focando na sustentabilidade como método de crescimento.

É de extrema importância que exista um planejamento urbano no Brasil e fora dele, que siga as diretrizes da sustentabilidade. O momento em que o país se encontra é de crucial importância, o Brasil será sede de dois mega eventos que atingem todas as esferas sociais, políticas e econômicas, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os investimentos para adequar o país para receber tais eventos, devem ter parte direcionada à atender as premissas da sustentabilidade. Serão dois grandes eventos com intervalo mínimo entre eles, é preciso que os gestores vejam que o desenvolvimento que o país precisará passar não é uma coisa simples, de modo que para atender as expectativas deverá se esforçar mais e definir bem quais as ações devem desenvolver para garantir no momento pós-evento (independente de qual seja), uma qualidade social e de vida digna para a população que habita nesses locais onde haverá intervenções.

Essa lógica se aplica não apenas a esses momentos de grandes investimentos, ela deve ser utilizada em todos os momentos em que os gestores precisarem decidir sobre uma possibilidade de melhorar a vida da população.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aline Vanessa Gomes de. **Projeto de Intervenção Urbanística para o Bairro de Crescimento Espontâneo e Zona de Interesse Social da Ilhinha**. São Luís, 2003.

CASLELLO, Linel. **A Percepção de Lugar: Repensando o Conceito de Lugar em Arquitetura-Urbanismo**. Editora Propar – UFRGS, 2007.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. **Em Busca de Uma Arquitetura Sustentável para os Trópicos**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Barros de. **Uma Nova Ética para Construir e Habitar – Bioarquitetura**. São Luís, 2006.

PORTO, Márcio. **O Processo de Projeto e a Sustentabilidade na Produção da Arquitetura**. Ed. C4. São Paulo, 2009.

SÃO LUÍS (Prefeitura de). São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. **Guia de Arquitetura e paisagem**. Ed. Junta de Andaluzia. Madrid 2008.

SÃO LUÍS (Prefeitura de). **Plano de Reabilitação Urbana do Bairro do Diamante**. Diagnóstico e Diretrizes. Ed. Estação Gráfica. São Luís, 2008.

SILVA, Wellington Cardoso. **Habitação com Bambu de Interesse Social no Maranhão: Elaborar um Protótipo de Célula Habitacional com Bambu**. São Luís, 2008.

SOUSA, Michel Ruy. **Habitação Unifamiliar de Interesse Social: anteprojeto de Arquitetura Utilizando Técnica de Coordenação Modular**. São Luís, 2005.

SOARES, Josélya Maria de Aguiar; RIBEIRO, Franciléia Vieira; FERREIRA, Lucélia Cristina de Carvalho; FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Dinâmica da paisagem na área de entorno da laguna da Jansen em São Luís – MA**. Julho 2006. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3342.html

MACEDO, Soares Silva; GONÇALVES, Fábio Mariz; PRETO, Maria Helena; PRADO, Bárbara. **Relatório: Oficina Quapá-SEL São Luis – Maranhão**. Agosto 2009. Disponível em: http://silviomacedo.files.wordpress.com/2010/05/20-relatc3b3rio_sc3a3o_luis_compacto.pdf

DUARTE, Ronaldo Goulart. **O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas**. Agosto 2005. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-44.htm>

FERREIRA, João Sette Whitker. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?** Julho 2011. Disponível em:
<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Autoconstrução.**1988. Disponível em:
<http://reocities.com/Athens/aegean/9837/autoconsgeo.html>

SILVA, Geovany Jessé Alexandre de; ROMERO, Marta Adriana Bustos. **O urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos no século XXI (parte 02).** Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3499>

SILVA, Geovany Jessé Alexandre de; ROMERO, Marta Adriana Bustos. **O urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos no século XXI (parte 01).** Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724>.

RUY OHTAKE. **Projetos. Polo educacional Heliópolis.**
www.ruyohtake.com>Acesso em: 06 de abril 2011.

ALEJANDRO ARAVENA. **Obras. Elemental.**
<http://www.alejandroaravena.com>>Acesso em: 22 jul 2011.

ANEXO A – INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NO BAIRRO DA ILHINHA

PRANCHA 01/03

MAPA DE LOCAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS

PRANCHA 02/03

**MAPA DE SISTEMA VIÁRIO/ABERTURA DE NOVAS VIAS E REMODELAMENTO
DE QUADRAS**

PRANCHA 03/03

MAPA DE ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO

**ANEXO B – PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL PARA A
ILHINHA – ESTUDO PRELIMINAR**

PRANCHA 01/05

PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO E PAVIMENTO TIPO

PRANCHA 02/05

FACHADA PRINCIPAL/PLANTA DE COBERTURA

PRANCHA 03/05

MODULAÇÃO PAVIMENTO TÉRREO FIADA ÍMPAR E FIADA PAR

PRANCHA 04/05

CORTE AB/DETALHES 01 E 02

PRANCHA 05/05

**HUMANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS DA UNIDADE HABITACIONAL PAVIMENTO
TIPO**